
J. Macêdo S.A.

***Demonstrações contábeis
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente***

J.Macêdo S.A. e sua controlada

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	25
Demonstrações contábeis	
Balanço patrimonial.....	30
Demonstração do resultado.....	31
Demonstração do resultado abrangente	32
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	33
Demonstração dos fluxos de caixa	34
Demonstração do valor adicionado.....	35
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	36
Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras consolidadas e sobre o relatório do auditor independente.....	75
Parecer do Comitê de Auditoria sobre as demonstrações contábeis.....	76



J. Macêdo
O sabor de fazer bem feito

85
ANOS

J. MACÊDO
85 ANOS



Relatório da
Administração
2024



Dona Benta



Petybon



BOA SORTE



Mensagem da Administração



As celebrações dos 85 anos do Grupo J. Macêdo, o avanço nas obras de construção de dois novos complexos industriais, em Londrina (PR) e Horizonte (CE), a continuidade de robustos investimentos na modernização de nosso atual parque industrial, a contínua valorização de nossa equipe, o lançamento de novos produtos suportado pelo valor de nossas marcas e o reconhecimento através dos prêmios conquistados, tornaram 2024 um ano ímpar para a Companhia.

Em um cenário econômico desafiador, continuamos entregando sólidos resultados operacionais com inovação e crescimento. Nosso plano de investimentos de longo prazo, em plena execução, tornará nossa Companhia maior, mais moderna e competitiva, oferecendo novos produtos com a excelência e qualidade que os consumidores de todo o Brasil já conhecem.

Ao longo de 2024, lançamos e relançamos diversos produtos para nossas marcas Dona Benta, Sol e Petybon em diferentes categorias. O sucesso e os bons resultados obtidos nos fazem acreditar cada vez mais em nosso slogan: *o sabor de fazer bem feito*.

As marcas Sol e Petybon crescem com ampliação da sua linha de produtos. Como destaques, tivemos o lançamento dos salgadinhos de batata Sol Chips e a ampliação da linha de massas Petybon Grano Duro.

A Dona Benta, marca icônica e carro-chefe da J. Macêdo, lançou a Linha Culinários com os produtos Amido de Milho, Chocolate em Pó 50% e Cacau em Pó 100% que se destacam no preparo de bolos e na confeitaria, trazendo qualidade e sabor para as receitas.

Apresentamos o selo Biovita, uma novidade que tornará mais fácil para o consumidor identificar e selecionar produtos que favorecem o equilíbrio, a qualidade de vida e o bem-estar, sem abrir mão do sabor dos alimentos. O selo já pode ser visto em alguns de nossos produtos, como nas misturas integrais para bolo Dona Benta e massas integrais Petybon.

Sempre alinhados com as demandas ASG (Ambiental, Social e Governança), seguimos firmes na nossa proposta de manter a elevada qualidade dos nossos produtos, que são frutos do investimento contínuo em pessoas e tecnologia, mas sem esquecer da racionalização dos gastos e de uma austera administração do caixa.

Reafirmando o compromisso de trabalhar sempre com ética, inovação, responsabilidade e respeito, a J. Macêdo agradece a dedicação de todo o seu time, a confiança dos acionistas, a parceria de clientes e fornecedores e a preferência dos nossos consumidores.

Irineu J. Pedrollo
Diretor Presidente





J. Macêdo S.A.



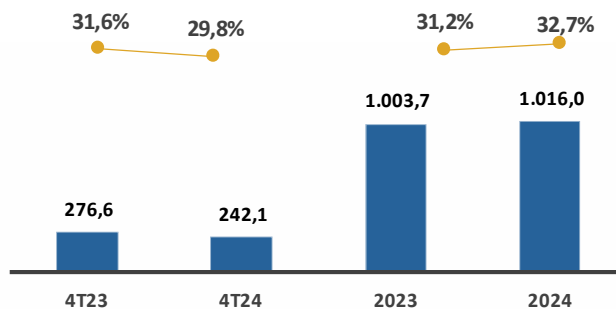
A J. Macêdo S.A. ("J. Macêdo"), Companhia líder no segmento de farinhas de trigo e com importante presença nos segmentos de massas, biscoitos e misturas para bolos, que também produz, distribui e comercializa produtos nas categorias de misturas para pães, sobremesas, fermentos e culinários, divulga hoje seus resultados de 2024. As informações operacionais e financeiras são consolidadas e estão apresentadas em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma.



Destaques do período

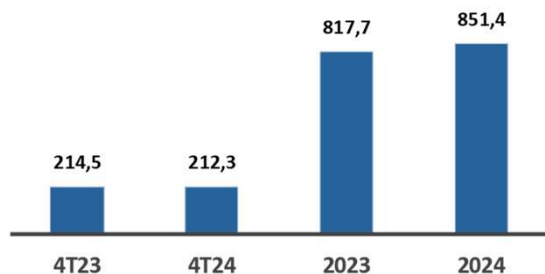
O lucro bruto acumulado foi de R\$ 1.016,0 milhões em 2024, 1,2% maior que os R\$ 1.003,7 milhões no mesmo período de 2023.

Lucro Bruto e Margem Bruta
Trimestre / Acumulado



O volume de vendas acumulado em 2024 atingiu 851,4 mil t, um avanço de 4,1% em relação ao mesmo período de 2023, com 817,7 mil t.

Volume de Vendas
Trimestre / Acumulado

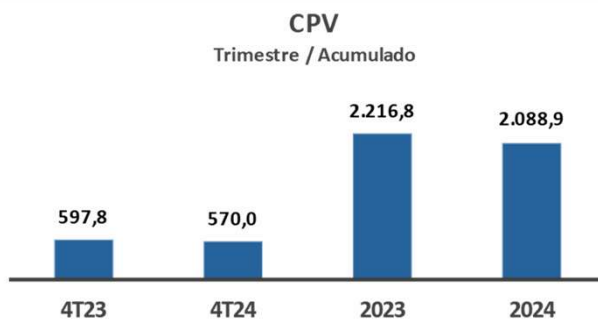




Destaques do período



O Custo dos produtos e serviços vendidos acumulado durante o ano de 2024 foi de R\$ 2.088,9 milhões, uma melhora de 5,8% se comparada aos R\$ 2.216,8 milhões de 2023. No 4T24 foi de R\$ 570,0 milhões, uma redução de 4,7% em relação aos R\$ 597,8 milhões do 4T23.



Indicadores



	4T23	4T24	Var%	2023	2024	Var%
<i>Volume de vendas (mil toneladas)</i>	214,5	212,3	(1,0)	817,7	851,4	4,1
Receita bruta	1.001,5	942,7	(5,9)	3.666,8	3.612,6	(1,5)
Receita de contratos com clientes	874,4	812,1	(7,1)	3.220,5	3.104,9	(3,6)
CPV	(597,8)	(570,0)	(4,7)	(2.216,8)	(2.088,9)	(5,8)
Lucro bruto	276,6	242,1	(12,5)	1.003,7	1.016,0	1,2
Despesas com vendas	(109,4)	(111,6)	2,0	(381,6)	(444,8)	16,6
Despesas gerais e administrativas	(41,8)	(45,0)	7,7	(130,8)	(139,4)	6,6
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(6,3)	29,7	(571,4)	(20,8)	28,7	(238,0)
Resultado de equivalência patrimonial	-	0,1	-	(0,2)	0,7	(450,0)
Receitas (despesas) financeiras	(7,4)	(7,4)	-	(44,1)	(32,9)	(25,4)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	111,7	107,9	(3,4)	426,2	428,3	0,5
Imposto de renda e contribuição social	20,3	(13,6)	(167,0)	(2,6)	(76,1)	2.826,9
Lucro líquido	132,0	94,3	(28,6)	423,6	352,2	(16,9)
EBITDA	133,5	130,1	(2,5)	530,2	518,6	(2,2)
	4T23	4T24	Var p.p.	2023	2024	Var p.p.
<i>Margem bruta</i>	31,6%	29,8%	-1,8	31,2%	32,7%	1,5
<i>Despesas com vendas</i>	-12,5%	-13,7%	-1,2	-11,8%	-14,3%	-2,5
<i>Despesas gerais e administrativas</i>	-4,3%	-5,5%	-1,2	-3,6%	-4,5%	-0,9
<i>Outras receitas (despesas) operacionais líquidas</i>	-0,7%	3,7%	4,4	-0,6%	0,9%	1,5
<i>Margem líquida</i>	15,1%	11,6%	-3,5	13,2%	11,3%	-1,9
<i>Margem EBITDA</i>	15,3%	16,0%	0,7	16,5%	16,7%	0,2

Destaques Governança



Prêmios e Reconhecimentos

Ao longo de 2024, a J. Macêdo recebeu diversas certificações e premiações, dentre as quais destacamos:



Prêmio **Melhores do Agronegócio 2024**, ocupando o 1º lugar na categoria **Massas e Farinhas**, concedido pela Revista Globo Rural e Editora Globo, na 20ª edição.

J. Macêdo foi destaque no **Ranking Nacional da Valor 1000 de 2024**, na categoria **Alimentos e Bebidas**, ocupando o 1º lugar em Rentabilidade e Cobertura de Juros e 4º lugar em Margem de EBITDA.



Prêmio **Melhores e Maiores da Exame**, na 51ª edição, ocupando o 3º lugar na categoria de Alimentos e Bebidas.

A **Fitch Ratings** elevou o Rating Nacional de Longo Prazo da J. Macêdo de 'AA-(bra)' perspectiva Positiva para 'AA(bra)' Estável.



Prêmio inédito **Top of Mind Salvador 2023/2024**, na 29ª edição, na categoria Massas, com a nossa marca **Brandini**.

Certificação GPTW "Excelente Lugar para Trabalhar" pelo 2º ano consecutivo e Ranking "Melhores Empresas Para Trabalhar GPTW 2024" nos estados da Bahia, Rio de Janeiro, Ceará e Paraná.



Troféu Mesa Brasil - SESC PR, contribuindo com a solidariedade social do Programa Mesa Brasil, no moinho de Londrina.

Troféu SESI / GPTW de Melhores Práticas de Segurança, Saúde e Bem-Estar.



Destaques Governança

Novos Complexos Industriais

Em 2024 iniciamos a construção de dois grandes e sofisticados complexos industriais: um em Horizonte/CE - **Fábrica de Massas e Misturas para Bolos**, além de um Centro de Distribuição e outro em Londrina/PR - **Novo Moinho de trigo**. A conclusão dessas obras está prevista para 2026.



Celebração dos 85 anos de fundação do Grupo J. Macêdo

No dia 09 de setembro de 2024 **a J. Macêdo comemorou com orgulho e alegria os 85 anos** de uma trajetória marcada por pioneirismo, inovação, compromisso e crescimento. Celebramos o sucesso do trabalho iniciado em 1939, em Fortaleza, por José Dias de Macêdo, depois apoiado por seu irmão e braço direito Benedito Dias de Macêdo.

Nesta data foram realizados eventos em todas as filiais e ações culturais que traduzem a conexão da empresa com a arte, cultura e música. Entre as iniciativas, destacamos a exposição de arte "Ocupação Mino por Inteiro" e a Mostra da 35ª Bienal de São Paulo "Coreografias do Impossível" no Centro Cultural Dragão do Mar e a apresentação da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo (OSESF) com a participação da Academia de Música da OSESF, no Theatro José de Alencar, todos em Fortaleza/CE.





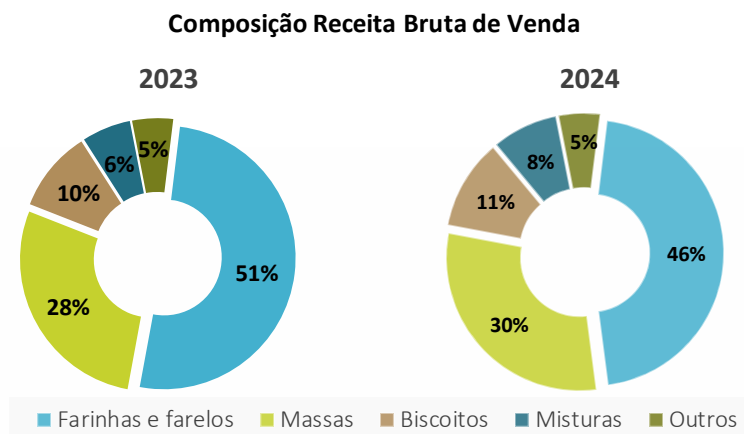
Destaques econômico-financeiros



Desempenho das categorias

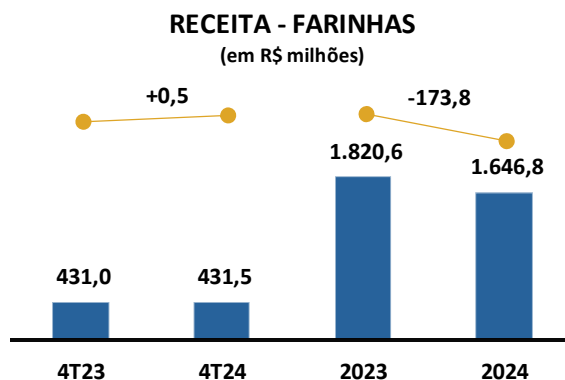


A companhia segrega a receita bruta em 5 grupos, evidenciando percentualmente o impacto das categorias na composição da receita bruta nos doze meses de 2024 e 2023.



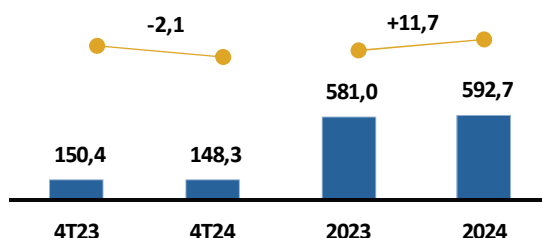
Farinhas e farelos

A receita bruta dessa categoria acumulada em 2024 foi de R\$ 1.646,8 milhões, uma redução de 9,5% em comparação ao montante de R\$ 1.820,6 milhões atingidos no ano de 2023. No quarto trimestre de 2024 a receita foi de R\$ 431,5 milhões, mantendo-se praticamente estável em relação ao mesmo período do ano anterior, com R\$ 431,0 milhões.



O volume de farinhas no acumulado de 2024 cresceu 2,0% em relação ao mesmo período de 2023, atingindo 592,7 mil t (2023: 581,0 mil t). No 4T24 o volume foi de 148,3 mil t, uma redução de 1,4% em relação ao 4T23, que foi de 150,4 mil t. O volume faturado dessa categoria representa 69,6% do volume total.

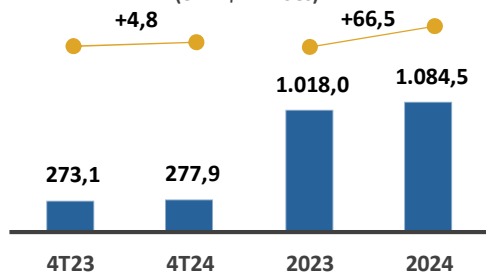
VOLUME - FARINHAS
(em mil toneladas)



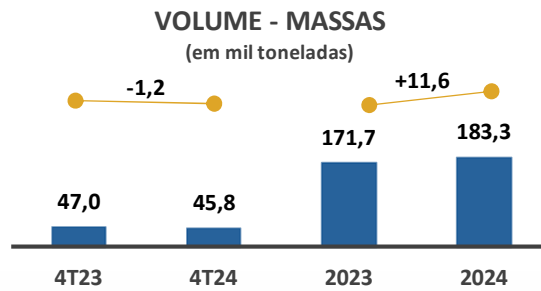
Massas

A receita bruta da categoria de Massas no acumulado de 2024 atingiu R\$ 1.084,5 milhões, um crescimento de 6,5% em comparação aos R\$ 1.018,0 milhões atingidos no mesmo período de 2023. No 4T24 a receita bruta atingiu R\$ 277,9 milhões, um aumento de 1,8% em relação ao mesmo período do ano anterior, que foi de R\$ 273,1 milhões.

RECEITA - MASSAS
(em R\$ milhões)

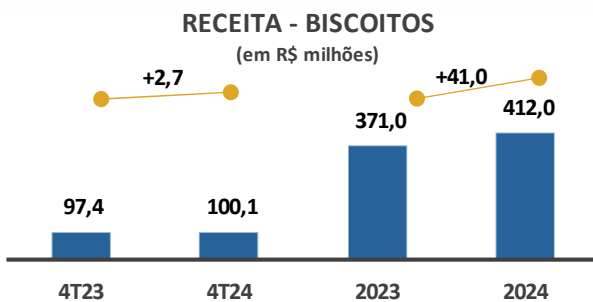


O volume acumulado da categoria de massas em 2024 foi de 183,3 mil t, um crescimento de 6,8% comparado aos 171,7 mil t acumulados em 2023. O volume faturado no 4T24 foi de 45,8 mil t, uma redução de 2,6% quando comparada ao mesmo trimestre do ano anterior, que foi de 47,0 mil t. O volume faturado dessa categoria representa 21,5% do volume total.



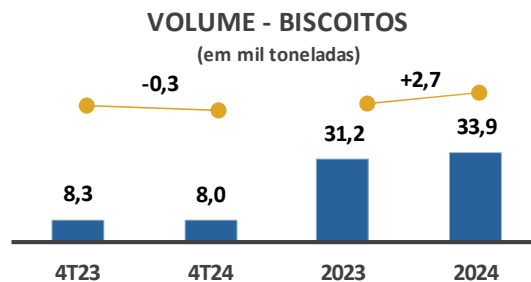
Biscoitos

A receita bruta da categoria de Biscoitos em 2024 foi de R\$ 412,0 milhões, um crescimento de 11,1% em relação ao mesmo período do ano anterior, que foi de R\$ 371,0 milhões. No 4T24 totalizou R\$ 100,1 milhões, um crescimento de 2,8% em relação ao 4T23, que foi de R\$ 97,4 milhões.



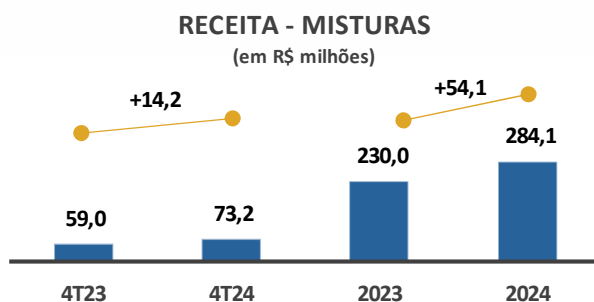


O volume faturado líquido atingiu 33,9 mil t no acumulado de 2024, um crescimento de 8,7% em relação ao mesmo período de 2023, que foi de 31,2 mil t. O volume faturado no 4T24 foi de 8,0 mil t, uma redução de 3,6% quando comparada ao mesmo trimestre do ano anterior, que foi de 8,3 mil t. O volume faturado dessa categoria representa 4,0% do volume total.



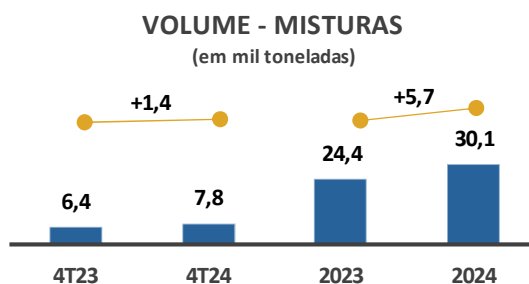
Misturas

A receita bruta para a categoria de Misturas totalizou R\$ 284,1 milhões em 2024, crescendo 23,5% quando comparada ao mesmo período de 2023, com R\$ 230,0 milhões. No 4T24 a receita bruta atingiu R\$ 73,2 milhões, um avanço de 24,1% em relação ao 4T23, que foi de R\$ 59,0 milhões.





O volume acumulado em 2024 dessa categoria atingiu 30,1 mil t, 23,4% maior que os 24,4 mil t atingidos em 2023. No 4T24 o volume faturado foi de 7,8 mil t, um avanço de 21,9% quando comparado ao 4T23, que foi de 6,4 mil t. O volume faturado dessa categoria representa 3,5% do volume total.



Outras categorias

A receita bruta das outras categorias, composta por sobremesas, fermentos, culinários e resíduos, totalizou o montante de R\$ 176,3 milhões em 2024, crescendo 27,2% quando comparado ao mesmo período de 2023, com R\$ 138,6 milhões. No 4T24 a receita bruta atingiu R\$ 56,0 milhões, uma redução de 1,1% em relação ao mesmo período do ano anterior, que foi de R\$ 56,6 milhões.



O volume faturado das outras categorias no acumulado de 2024 atingiu 11,4 mil t, 21,3% maior que os 9,4 mil t atingidos em 2023. No 4T24 o volume faturado foi de 2,5 mil t, um avanço de 4,2% quando comparado ao 4T23, que foi de 2,4 mil t.

A receita bruta da controlada Cipolin e operação em conjunto Tergran somam R\$ 8,9 milhões em 2024 (2023: R\$ 88,6 milhões).



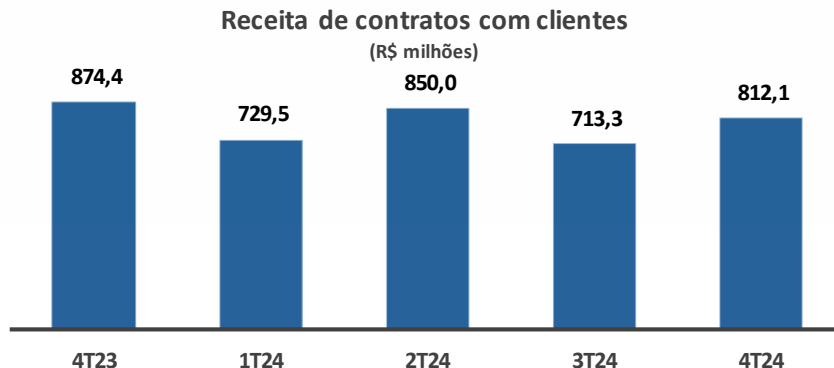
Receita de contratos com clientes / volume

A receita de contratos com clientes acumulada em 2024 foi de R\$ 3.104,9 milhões, uma redução de 3,6% se comparada aos R\$ 3.220,5 milhões atingidos em 2023. No 4T24 a receita foi de R\$ 812,1 milhões, uma redução de 7,1% em relação ao 4T23, que foi de R\$ 874,4 milhões.

O volume de vendas líquido em 2024 foi de 851,4 mil t, um crescimento de 4,1% se comparado aos 817,7 mil t de 2023. No 4T24 o volume foi de 212,3 mil t, uma redução de 1,0% em relação aos 214,5 mil t de 2023.

Receita de contratos com clientes / volume	4T23	4T24	Var%	2023	2024	Var%
Faturamento líquido	874,4	812,1	(7,1)	3.220,5	3.104,9	(3,6)
Volume faturado líquido*	214,5	212,3	(1,0)	817,7	851,4	4,1

* Em milhares de toneladas

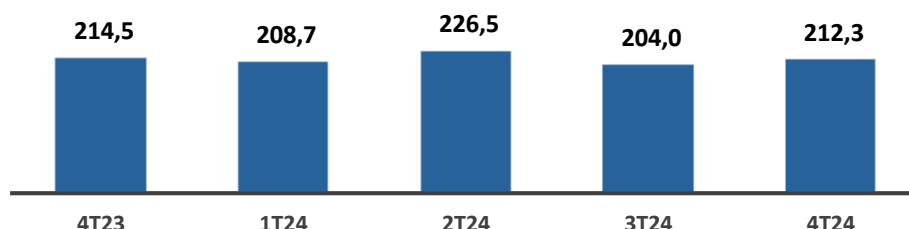


A Companhia encerrou o ano de 2024 com um aumento no nível de utilização da capacidade de produção, em comparação com o mesmo período do ano anterior.

	2023	2024
Capacidade Disponível (Normal) - mil t	1.070,9	1.019,7
Produção real *	964,1	986,5
Índice de Utilização da Capacidade	90,0%	96,7%

* Em milhares de toneladas

Volume de vendas
(em mil toneladas)

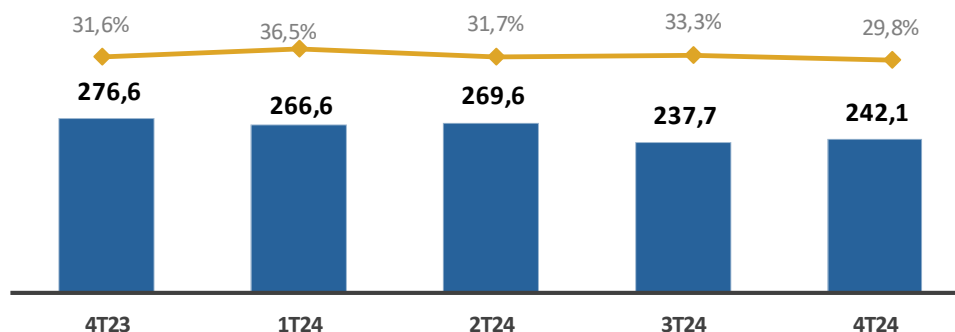


Lucro bruto

O lucro bruto atingido em 2024 foi de R\$ 1.016,0 milhões, 1,2% maior que os R\$ 1.003,7 milhões do mesmo período de 2023. No 4T24 o lucro foi de R\$ 242,1 milhões, 12,5% menor se comparado ao mesmo período de 2023, quando atingiu R\$ 276,6 milhões.

No acumulado de 2024 a margem bruta atingiu 32,7%, avançando 1,5 p.p. em relação aos 31,2% do mesmo período de 2023. No 4T24 a margem foi de 29,8%, uma redução de 1,8 p.p. em relação ao 4T23, quando atingiu 31,6%.

Lucro bruto e Margem bruta
(em R\$ milhões e em %)





Despesas operacionais

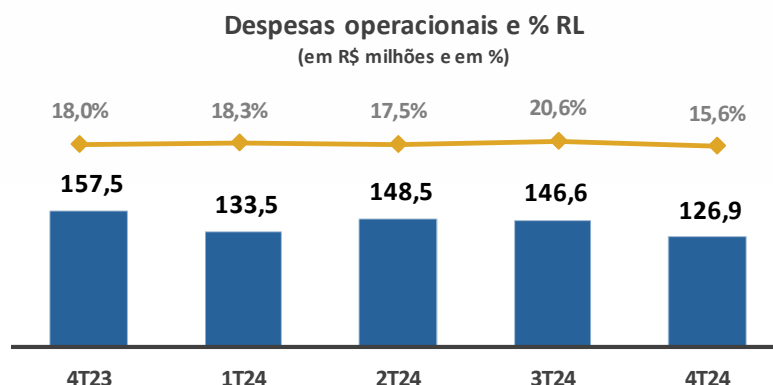


Em 2024 as despesas operacionais atingiram R\$ 555,5 milhões, um aumento de 4,2% em comparação ao mesmo período de 2023, que foi de R\$ 533,2 milhões. No 4T24 atingiram R\$ 126,9 milhões, 19,4% menor que os R\$ 157,5 milhões atingidos no 4T23.



As despesas com vendas em 2024 somaram R\$ 444,8 milhões, um aumento de 16,6% quando comparadas com os R\$ 381,6 milhões no mesmo período do ano anterior. No 4T24 atingiram R\$ 111,6 milhões, 2,0% maior que os R\$ 109,4 milhões atingidos no 4T23.

As despesas gerais e administrativas atingiram R\$ 139,4 milhões no acumulado de 2024, um aumento de 6,6% se comparadas aos R\$ 130,8 milhões do ano de 2023. No 4T24 atingiram R\$ 45,0 milhões, 7,7% maior que o mesmo período do ano anterior, com R\$ 41,8 milhões.





Resultado financeiro líquido



Encerramos o ano de 2024 com um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 32,9 milhões, uma melhora de 25,4% em relação ao mesmo período do ano anterior, que foi de R\$ 44,1 milhões.



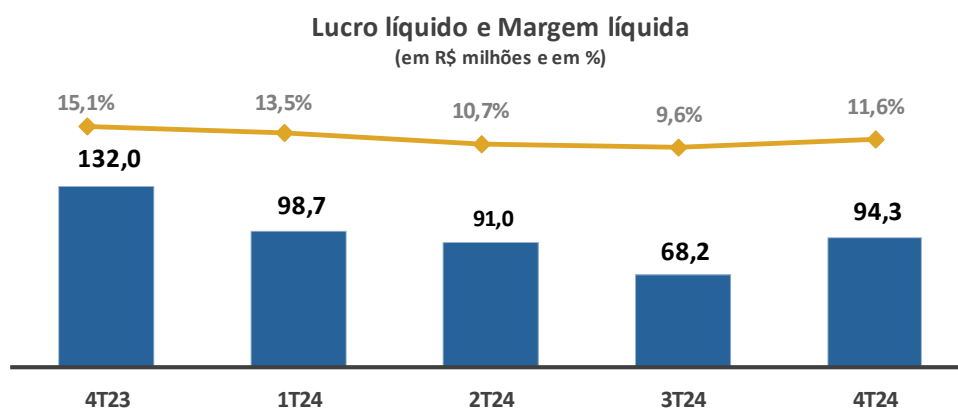
Resultado financeiro líquido	4T23	4T24	Var%	2023	2024	Var%
Receitas financeiras	14,2	14,5	2,1	49,6	55,1	11,1
Despesas financeiras	(21,6)	(21,9)	1,4	(93,7)	(88,0)	(6,1)
Total	(7,4)	(7,4)	-	(44,1)	(32,9)	(25,4)



Lucro líquido

Chegamos ao final do ano de 2024 com um lucro líquido acumulado de R\$ 352,2 milhões, uma redução de 16,9% quando comparada aos R\$ 423,6 milhões atingidos em 2023. No 4T24 atingimos R\$ 94,3 milhões, uma redução de 28,6% comparada ao 4T23, quando atingimos R\$ 132,0 milhões.

A margem líquida em 2024 foi de 11,3%, uma redução de 1,9 p.p. em relação aos 13,2% atingidos em 2023. No 4T24 foi de 11,6%, uma redução de 3,5 p.p. em relação aos 15,1% do mesmo período de 2023.





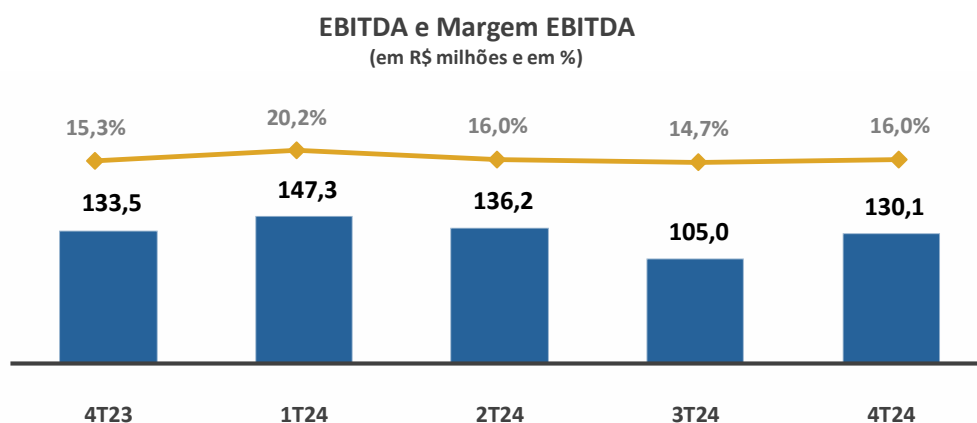
EBITDA



A Companhia encerra o ano de 2024 com R\$ 518,6 milhões de EBITDA, uma redução de 2,2% em relação aos R\$ 530,2 milhões alcançados no mesmo período de 2023. No 4T24 o EBITDA foi de R\$ 130,1 milhões, uma redução de 2,5% comparada com os R\$ 133,5 milhões do 4T23.



A margem EBITDA de 2024 foi de 16,7%, um aumento de 0,2 p.p. em relação aos 16,5% no mesmo período de 2023. No 4T24 a margem foi de 16,0%, um aumento de 0,7 p.p. em relação aos 15,3% do 4T23.



Reconciliação do EBITDA	4T23	4T24	Var%	2023	2024	Var%
Lucro líquido do período	132,0	94,3	(28,6)	423,6	352,2	(16,9)
Depreciação e amortização	14,4	14,8	2,8	59,9	57,4	(4,2)
Resultado financeiro líquido	7,4	7,4	-	44,1	32,9	(25,4)
Imposto de renda e contribuição social	(20,3)	13,6	(167,0)	2,6	76,1	2.826,9
EBITDA	133,5	130,1	(2,5)	530,2	518,6	(2,2)





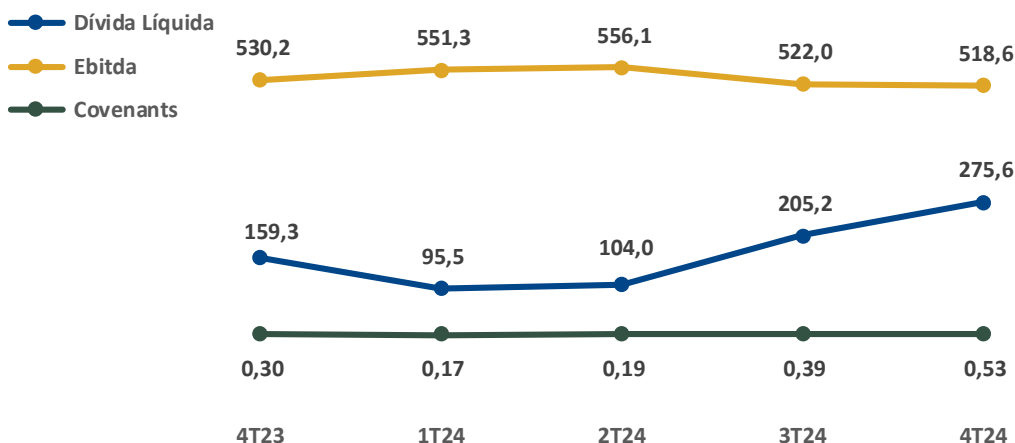
Endividamento



Concluímos o ano de 2024 com R\$ 275,6 milhões de dívida líquida, um aumento de 73,0% em relação ao mesmo período de 2023, em virtude de novos empréstimos do BNDES investidos na construção das unidades fabris em andamento. Com um caixa de R\$ 363,0 milhões, atingimos 0,53 de relação dívida líquida pelo EBITDA (últimos 12 meses).

Dívida líquida	4T23	4T24	Var%	3T24	Var%
Curto prazo	92,7	147,0	58,6	185,6	(20,8)
Empréstimos e financiamentos	14,6	65,2	346,6	104,7	(37,7)
Debêntures	78,1	81,8	4,7	80,9	1,1
Longo prazo	446,0	509,5	14,2	434,4	17,3
Empréstimos e financiamentos	108,4	238,2	119,7	145,9	63,3
Debêntures	337,6	271,3	(19,6)	288,5	(6,0)
Total endividamento	538,7	656,5	21,9	620,0	5,9
(-) Caixa	(357,7)	(363,0)	1,5	(394,3)	(7,9)
(-) Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	(21,7)	(17,9)	(17,5)	(20,5)	(12,7)
Dívida líquida	159,3	275,6	73,0	205,2	34,3

Alavancagem
(em R\$ milhões, exceto Covenants)





Desempenho do trigo



O trigo é a principal matéria prima da Companhia e, por ser uma *commodity*, sofre impacto de diversas variáveis como clima, conflitos geográficos e intervenções governamentais.

O primeiro trimestre de 2024 foi marcado pelo encerramento da colheita no hemisfério sul e pelo período de dormência do trigo no hemisfério norte. As condições climáticas foram favoráveis para a maioria dos países produtores, especialmente nos Estados Unidos e Rússia, que projetaram volumes de produção superiores aos da safra anterior. Contudo, a Argentina enfrentou dificuldades devido à seca do ano anterior, resultando em uma produção inferior às expectativas e com qualidade inicial abaixo do esperado.

No mercado global, a Rússia se destacou como principal influenciadora, com grande produção e altos estoques internos, enquanto os Estados Unidos perderam competitividade nas exportações. No Brasil, a má qualidade da safra nacional levou à dependência de trigo argentino para suprir a demanda, e as exportações nacionais, majoritariamente de trigo para ração, superaram dois milhões de toneladas.

Durante o segundo trimestre, o mercado do trigo enfrentou alta volatilidade, especialmente na bolsa de Kansas, onde os preços oscilaram significativamente. Fatores como condições climáticas adversas na Rússia e especulação dos fundos de investimento impulsionaram inicialmente os preços, mas a produção russa, embora ligeiramente abaixo das previsões, apresentou rendimentos satisfatórios, aliviando as tensões do mercado e gerando uma queda nos preços.

No hemisfério sul, o plantio de trigo começou sob condições pluviométricas abaixo da média, mas as projeções de produção permaneceram estáveis. A produção americana superou as expectativas, contribuindo para um cenário de incertezas e flutuações nos mercados globais. O mercado de frete marítimo também experimentou volatilidade, acompanhando as oscilações do mercado físico.



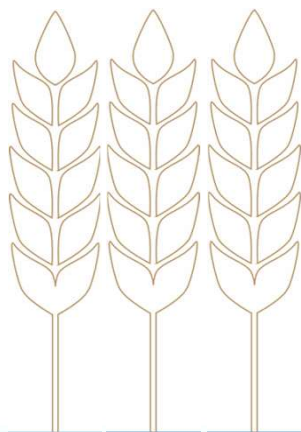


O terceiro trimestre apresentou menor volatilidade, com uma tendência de baixa nas bolsas e no mercado físico. A colheita no hemisfério norte, responsável por mais de 80% da oferta mundial, ocorreu com qualidade e produção satisfatórias, apesar de intempéries. A Rússia, maior exportadora global, continuou influenciando a precificação do trigo. No Brasil, a colheita iniciou com variações climáticas entre os estados, com o Paraná enfrentando perdas, enquanto o Rio Grande do Sul projetava uma produção superior a 4 milhões de toneladas.

As expectativas para a safra 2024/25 apontam para níveis recordes de produção global, com a Rússia revisando suas projeções para 82 milhões de toneladas e a Argentina esperando 18 milhões de toneladas, 13% acima da safra anterior. A precificação do trigo brasileiro passou a ser pautada pela paridade de exportação, dada a perspectiva de exportação impulsionada pela safra do Rio Grande do Sul.

No quarto trimestre, o mercado global de trigo estabilizou-se. A colheita no hemisfério sul trouxe preços mais baixos, e a Argentina, com produção superior à média histórica, iniciou exportações de grãos de excelente qualidade. Nos Estados Unidos, a área plantada superou a safra anterior, com expectativa de produção de alta qualidade. Entretanto, os estoques globais de trigo atingiram os níveis mais baixos em quase uma década, projetando pressão de alta a longo prazo. No Brasil, variações regionais na qualidade do trigo e a desvalorização do real elevaram os custos da matéria-prima, ajustados pela paridade de exportação.

A Companhia acompanha diariamente as movimentações do mercado de trigo internacional, nacional e de fretes marítimos e mede sua eficiência comparando seus preços médios de compra com indicadores de mercado. Para trigo importado usamos como referência os valores médios FOB das importações no período divulgados pelo Ministério da Economia (Comex Stat). Para trigo nacional utilizamos o indicador divulgado pela consultoria Safras e Mercado. O custo médio das compras de trigo da Companhia no quarto trimestre estiveram 1,13% e 0,1% abaixo das médias referenciais do mercado para trigo nacional e importado, respectivamente.





Auditoria independente e aprovação das demonstrações financeiras



Em atendimento à Resolução CVM 162/2022 e às políticas internas da Companhia informamos que, desde a contratação da PricewaterhouseCoopers ("PwC") como empresa de auditoria independente, todos os requerimentos desta instrução foram atendidos.

As informações não financeiras da Companhia não foram revisadas pelos Auditores Independentes.

Nos termos da Resolução CVM 80/2022, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de revisão do auditor independente e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Essas demonstrações financeiras foram apresentadas e aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 28 de fevereiro de 2025.

Disclaimer

As declarações contidas neste relatório relativas à perspectiva dos negócios da Companhia e ao potencial de crescimento dela constituem-se em meras previsões e foram baseadas nas expectativas da administração em relação ao seu futuro. Essas expectativas são altamente dependentes de mudanças no mercado e no desempenho econômico geral do País, do setor e dos mercados internacionais; estando, portanto, sujeitas a mudanças.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
J. Macêdo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da J. Macêdo S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

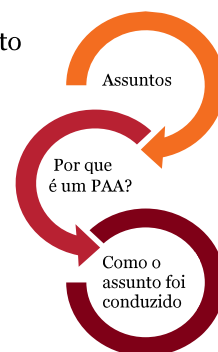
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e sua controlada em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





J. Macêdo S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Reconhecimento de Receitas

Conforme descrito na Nota 1, a Companhia opera na comercialização de seus produtos com unidades produtivas nas Regiões Nordeste, Sudeste e Sul, e centros de distribuição nos principais mercados do Brasil, embarcando diariamente grande quantidade de produtos para seus clientes, que são transportados por caminhões de transportadoras independentes, com entregas em todas as regiões do país.

Em virtude da relevância das transações de venda, assim como elevado volume e pulverização, o reconhecimento das receitas, seja na sua totalidade, assim como o período de competência correto, de acordo com as práticas contábeis vigentes, foi considerado um risco relevante que demandou mais esforços em nossa auditoria.

Em função desses aspectos, consideramos que o reconhecimento da receita, especialmente quanto a sua totalidade e ao seu correto período de registro, uma área de foco em nossa auditoria.

Nossos principais procedimentos de auditoria foram os seguintes:

- (a) Obtivemos entendimento dos processos de negócio e dos controles internos estabelecidos pela administração para identificação, acompanhamento e contabilização das receitas de vendas.
- (b) Efetuamos o confronto das informações contidas no relatório analítico de receita, extraído do sistema de faturamento com a receita reconhecida no sistema contábil para todo o exercício de 2024.
- (c) Através de base amostral, selecionamos transações de vendas ocorridas ao longo do exercício de 2024 e inspecionamos os termos contratuais e/ou pedidos de clientes, e suas correspondentes obrigações de desempenho, assim como liquidação financeira.
- (d) Selecionamos, em base amostral, transações de vendas ocorridas antes e depois da data de encerramento do exercício, de maneira a observar se a receita foi reconhecida na competência correta, através de inspeção dos canhotos de entrega, a fim de confrontar o prazo efetivo da entrega com o prazo médio estimado pela Companhia em seu ajuste de corte das vendas.
- (e) Avaliamos a adequação das divulgações da Companhia em relação a esse assunto.

Consideramos que nossos procedimentos de auditoria nos proporcionaram evidências apropriadas e suficientes em relação aos critérios e premissas adotados pela administração para o reconhecimento da receita no período de competência correto nas demonstrações contábeis.



J. Macêdo S.A.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

"Este documento será assinado eletronicamente por meio da ferramenta DocuSign (www.docusign.com.br), nos termos do art. 10º, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e foi preparado na data indicada ao seu final, data esta que será considerada válida para todos os efeitos e fins de direito."



J. Macêdo S.A.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

"Este documento será assinado eletronicamente por meio da ferramenta DocuSign (www.docusign.com.br), nos termos do art. 10º, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e foi preparado na data indicada ao seu final, data esta que será considerada válida para todos os efeitos e fins de direito."



J. Macêdo S.A.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 28 de fevereiro de 2025

PricewaterhouseCoopers

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2CE003292/F-9

Helena de Petribu Fraga Rocha
Contadora CRC 1PE020549/O-6

J. Macêdo S.A. e controlada

Balço patrimonial

Exercício findo em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado			Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023			2024	2023		
Ativo											
Circulante											
Caixa e equivalentes a caixa	4	357.118	337.296	362.991	357.651						
Contas a receber de clientes	5	400.992	371.628	401.235	453.684						
Estoques	6	270.605	291.257	270.599	231.783						
Impostos e contribuições sociais a recuperar	7	151.390	117.707	151.466	117.789						
Instrumentos financeiros derivativos	28	30.543	29.157	30.543	29.157						
Despesas antecipadas		4.567	3.598	8.273	3.775						
Outros créditos	8	15.090	32.280	4.108	31.184						
Total do ativo circulante		1.230.305	1.182.923	1.229.215	1.225.023						
Não circulante											
Realizável a longo prazo											
Impostos e contribuições sociais a recuperar	7	18.252	18.350	18.252	18.350						
Outros créditos	8	5.208	5.887	5.219	10.070						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	8.338	-	8.338						
Investimentos	11	16.226	11.498	3.573	3.157						
Propriedades para investimentos	12	53.149	46.081	53.149	46.081						
Imobilizado	13	1.060.620	730.918	1.078.969	732.987						
Intangível		1.971	2.082	1.971	2.082						
Total do ativo não circulante		1.155.426	823.154	1.161.133	821.065						
Total do ativo		2.385.731	2.006.077	2.390.348	2.046.088						
Passivo											
Circulante											
Fornecedores	14	160.907	147.720	164.564	188.927						
Tributos a recolher	15	25.918	20.267	26.185	20.397						
Imposto de renda e contribuição social		2.178	-	2.222	110						
Empréstimos e financiamentos		65.172	15.823	65.172	14.635						
Com terceiros	16	65.172	14.635	65.172	14.635						
Com partes relacionadas	9	-	1.188	-	-						
Obrigações sociais e trabalhistas		45.524	43.629	45.900	43.811						
Debêntures	17	81.772	78.081	81.772	78.081						
Frete a pagar		21.969	21.959	21.969	21.959						
Financiamento de tributos		490	1.042	490	1.042						
Arrendamentos	18	7.011	7.518	7.011	7.518						
Dividendos e JCP a pagar		9.545	101.406	9.545	101.406						
Instrumentos financeiros derivativos	28	12.676	7.408	12.676	7.408						
Outras contas a pagar	22	37.789	36.529	38.062	36.099						
Total do passivo circulante		470.951	481.382	475.568	521.393						
Não circulante											
Empréstimos e financiamentos com terceiros	16	238.184	108.393	238.184	108.393						
Debêntures	17	271.330	337.613	271.330	337.613						
Financiamento de tributos		1.018	2.416	1.018	2.416						
Arrendamentos	18	21.771	2.985	21.771	2.985						
Provisão para contingências	19	13.255	15.009	13.255	15.009						
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	2.674	-	2.674						
Obrigações com benefícios definidos pós-emprego	25	4.642	3.582	4.642	3.582						
Outras contas a pagar	22	8.650	11.032	8.650	11.032						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	33.109	-	33.109	-						
Total do passivo não circulante		591.959	483.704	591.959	483.704						
Patrimônio líquido											
Capital social	21	1.015.288	132.042	1.015.288	132.042						
Reserva de lucros	21.a	304.483	905.797	304.483	905.797						
Outros resultados abrangentes	21.c	3.050	3.152	3.050	3.152						
Total do patrimônio líquido		1.322.821	1.040.991	1.322.821	1.040.991						
Total Passivo		1.062.910	965.086	1.067.527	1.005.097						
Total do passivo e patrimônio líquido		2.385.731	2.006.077	2.390.348	2.046.088						

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

J. Macêdo S.A. e controlada

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita de contratos com clientes	23	3.097.195	3.133.185	3.104.919	3.220.533
Custo dos produtos e serviços vendidos	24	(2.088.064)	(2.134.383)	(2.088.958)	(2.216.807)
Lucro bruto		1.009.131	998.802	1.015.961	1.003.726
Despesas operacionais					
Despesas com vendas	24	(444.828)	(381.565)	(444.828)	(381.565)
Despesas gerais e administrativas	24	(137.168)	(128.709)	(139.419)	(130.731)
Resultado de equivalência patrimonial	11	1.371	567	784	(258)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	31.167	(20.473)	28.717	(20.885)
		(549.458)	(530.180)	(554.746)	(533.439)
Lucro antes das despesas financeiras líquidas e impostos		459.673	468.622	461.215	470.287
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	27	55.086	49.480	55.154	49.672
Despesas financeiras	27	(86.489)	(91.884)	(88.041)	(93.741)
		(31.403)	(42.404)	(32.887)	(44.069)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		428.270	426.218	428.328	426.218
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	10	(34.744)	(18.599)	(34.802)	(18.599)
Diferido	10	(41.278)	15.949	(41.278)	15.949
		(76.022)	(2.650)	(76.080)	(2.650)
Lucro líquido do exercício		352.248	423.568	352.248	423.568
Lucro líquido por ação: básico e diluído – em reais	21.e	18.153,36	21.869,80	18.153,36	21.869,80

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

J. Macêdo S.A. e controlada

Demonstração do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Lucro líquido do exercício	352.248	423.568
Itens que poderão ser classificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes:		
Diferenças cambiais de conversão de controlada no exterior	736	67
Benefícios pós-emprego	(606)	(167)
Resultado abrangente total	352.378	423.468
Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores da Companhia	352.378	423.468

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

J. Macêdo S.A. e controlada

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	132.042	559.914	-	3.368	695.324
Outros resultados abrangentes					
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior (Nota 21.c.i)	-	-	-	67	67
Cálculo atuarial – benefícios pós-emprego (Nota 25.b)	-	-	-	(167)	(167)
Mutações internas do patrimônio líquido					
Realização do custo atribuído	-	-	116	(116)	-
Ajuste de reserva de incentivos fiscais federais (Nota 20)	-	(13)	-	-	(13)
Lucro líquido do exercício	-	-	423.568	-	423.568
Distribuição de Juros Sobre Capital Próprio (Nota 21.d)	-	-	(77.788)	-	(77.788)
Constituição de reserva de incentivos fiscais (Notas 20 e 21.d)	-	345.896	(345.896)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	132.042	905.797	-	3.152	1.040.991
Transações de capital com os sócios					
Aumento de Capital	3.858	-	(2.211)	-	1.647
Outros resultados abrangentes					
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior (Nota 21.c.i)	-	-	-	736	736
Cálculo atuarial – benefícios pós-emprego (Nota 25.b)	-	-	-	(606)	(606)
Realização do custo atribuído	-	-	232	(232)	-
Mutações internas do patrimônio líquido					
Ajuste de reserva de incentivo fiscal federal (Nota 20)	-	950	-	-	950
Aumento de capital com reserva de incentivos fiscais (Notas 20 e 21.a.2)	879.388	(879.388)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	352.248	-	352.248
Constituição de reserva legal (Nota 21.d)	-	17.612	(17.612)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 21.d)	-	-	(73.145)	-	(73.145)
Constituição de reserva de incentivo fiscal federal (Notas 20 e 21.d)	-	40.077	(40.077)	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucros (Nota 21.d)	-	219.435	(219.435)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.015.288	304.483	-	3.050	1.322.821

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

J. Macêdo S.A. e controlada

Demonstração dos fluxos de caixa – Método Indireto

Exercício findo em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	10	428.270	426.218	428.328	426.218
Ajustes ao lucro líquido do exercício:					
Depreciação e amortização	13.c	57.049	59.555	57.438	59.937
Resultado de equivalência patrimonial	11	(1.371)	(567)	(784)	258
Valor residual de ativo imobilizado, intangível e propriedade para investimento baixados	13	2.423	2.207	2.654	2.306
Perdas estimadas de clientes	5	(75)	(119)	(75)	(119)
Provisão para contingências	19	4.105	4.695	4.105	4.695
Perdas estimadas de estoques	6	67	626	67	626
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas		57.946	67.943	58.682	68.010
Ganhos e perdas na mensuração do valor justo das propriedades para investimento e dos instrumentos financeiros derivativos		(3.527)	3.758	(3.527)	3.758
Créditos extemporâneos de PIS, COFINS, ICMS e IPI	26	(10.172)	(2.539)	(10.172)	(2.539)
Baixa de investimentos		-	224	-	224
Variações em benefícios pós-emprego	25	454	381	454	381
Frações de ações canceladas		(2.211)	-	(2.211)	-
(Acréscimo) decréscimo de ativos					
Contas a receber de clientes		(29.289)	(19.162)	52.524	(101.031)
Estoques		20.585	(15.260)	(38.883)	23.845
Impostos e contribuições sociais a recuperar		(23.413)	(883)	(23.407)	(652)
Outros créditos		26.970	(18.995)	29.658	(22.898)
Acréscimo (decréscimo) de passivos					
Fornecedores		13.256	(104.410)	(24.294)	(63.361)
Tributos a recolher		(1.306)	8.149	(1.294)	8.327
Obrigações sociais e trabalhistas		1.895	8.552	2.089	8.647
Provisão para contingências		(6.968)	(4.535)	(6.968)	(4.535)
Outras contas a pagar		(3.921)	17.733	(3.218)	16.544
Caixa gerado nas operações		530.767	433.571	521.166	428.641
Juros Pagos		(57.164)	(51.634)	(57.164)	(51.634)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(25.440)	(16.433)	(25.440)	(16.433)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		448.163	365.504	438.562	360.574
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Recebimento de dividendos com partes relacionadas	11	368	-	368	-
Aplicação de recursos em controlada em conjunto - aumento de capital	11	(4.177)	-	-	-
Aplicação de recursos no intangível		(644)	(472)	(644)	(472)
Aplicação de recursos no imobilizado	13	(353.985)	(55.002)	(370.887)	(55.160)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		(7.844)	(4.177)	-	-
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas		-	2.393	-	2.393
Aplicação de recursos em propriedades para investimento	12	(539)	-	(539)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(366.821)	(57.258)	(371.702)	(53.239)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captações de empréstimos e financiamentos	16	189.107	76.874	189.107	76.874
Custos de transação	17	4.548	(2.872)	4.548	(2.872)
Dividendos e JCP distribuídos		(165.006)	(178.278)	(165.006)	(178.278)
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	16	(13.094)	(70.147)	(13.094)	(70.147)
Captação (amortização) de instrumentos financeiros derivativos		881	(12.782)	881	(12.782)
Amortização de principal de debêntures	17	(68.571)	(119.640)	(68.571)	(119.640)
Captação de Debêntures		-	200.000	-	200.000
Aumento de Capital		1.184	-	1.184	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	2.674	-	2.674
Pagamento de arrendamento	18.b	(11.247)	(14.815)	(11.247)	(14.815)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(62.198)	(118.986)	(62.198)	(118.986)
Acréscimo em caixa e equivalentes de caixa		19.144	189.260	4.662	188.349
Diferença cambial líquida		678	(1.541)	678	(1.541)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		337.296	149.577	357.651	170.843
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		357.118	337.296	362.991	357.651

Transações não-caixa:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Novos contratos de arrendamento – CPC 06	13 e 18	28.360	3.610	28.360	3.610
Juros capitalizados de empréstimos – CPC 20	13	7.349	-	7.349	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

J. Macêdo S.A. e controlada

Demonstração do valor adicionado

Exercício findo em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas	3.486.219	3.444.514	3.495.301	3.533.382
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	3.603.587	3.578.259	3.612.623	3.666.789
(-) Abatimentos e descontos	(150.477)	(130.437)	(150.477)	(130.437)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	75	119	75	119
Outras receitas	33.034	(3.427)	33.080	(3.089)
Insumos adquiridos de terceiros	(2.274.446)	(2.294.941)	(2.279.683)	(2.379.608)
Custos dos produtos e serviços vendidos	(2.038.617)	(2.082.601)	(2.039.122)	(2.164.643)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(231.336)	(191.090)	(231.819)	(191.641)
(Perda) Recuperação de valores ativos	9.839	(3.438)	9.839	(3.438)
Outras despesas operacionais	(14.332)	(17.812)	(18.581)	(19.886)
Valor adicionado bruto	1.211.773	1.149.573	1.215.618	1.153.774
Depreciação e amortização	(57.049)	(59.555)	(57.438)	(59.937)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	1.154.724	1.090.018	1.158.180	1.093.837
Valor adicionado recebido em transferências	56.457	50.047	55.938	49.414
Resultado de equivalência patrimonial	1.371	567	784	(258)
Receitas financeiras	55.086	49.480	55.154	49.672
Valor adicionado total a distribuir	1.211.181	1.140.065	1.214.118	1.143.251
Distribuição do valor adicionado	1.211.181	1.140.065	1.214.118	1.143.251
Pessoal	284.587	259.381	284.592	259.488
Remuneração direta	168.505	150.242	168.505	150.317
Honorários da administração	10.763	8.588	10.763	8.588
Participação nos resultados	16.310	16.897	16.310	16.897
Benefícios	74.704	63.539	74.704	63.539
FGTS	12.680	12.039	12.680	12.039
Outros gastos com pessoal	1.625	8.076	1.630	8.108
Impostos, taxas e contribuições	479.622	357.347	481.004	358.569
Federais	222.518	123.564	223.429	124.320
Estaduais	253.153	230.113	253.167	230.153
Municipais	3.951	3.670	4.408	4.096
Remuneração de capitais de terceiros	94.724	99.769	96.274	101.626
Juros	59.243	68.531	60.763	70.358
Aluguéis	8.235	7.885	8.235	7.885
Outras	27.246	23.353	27.276	23.383
Remuneração de capitais próprios	352.248	423.568	352.248	423.568
Reservas de Lucros	279.103	345.780	279.103	345.780
Dividendos Mínimos Obrigatórios	73.145	-	73.145	-
Distribuição de Juros Sobre o Capital Próprio	-	77.788	-	77.788

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

J. Macêdo S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1 Informações sobre a Companhia

A J. Macêdo S.A. (“J.Macêdo” ou “Companhia”), domiciliada no Brasil, com sede na Rua Benedito Macêdo, 79, Cais do Porto, Fortaleza, Ceará, atua na produção e na comercialização de farinhas de trigo, misturas para pães e bolos, sobremesas, massas alimentícias, biscoitos e fermentos, segregados por categorias de negócios, vendidas principalmente sob as marcas Dona Benta, Sol, Petybon, Brandini e Boa Sorte.

A Companhia opera na comercialização de seus produtos com unidades produtivas nas Regiões Nordeste, Sudeste e Sul, com centros de distribuição nos principais mercados do Brasil, embarcando diariamente grande quantidade de produtos para seus clientes, que são transportados por caminhões de transportadoras independentes, com entregas em todas as regiões do país.

Com 85 anos de história, celebrado no dia 09 de setembro de 2024, a J.Macêdo é uma das maiores e mais respeitadas empresas de alimentos do Brasil, líder e referência nacional nos segmentos de farinha de trigo e de mistura para bolo, e a segunda maior companhia de massas alimentícias, presente na casa de milhões de brasileiros. Destaca-se no mercado por sua qualidade e marcas, nacionalmente conhecidas e reconhecidas, além do amplo portfólio de produtos e pelo domínio integral da cadeia do trigo com operação 100% verticalizada: desde a compra do trigo até a comercialização e distribuição.

1.2 Mudanças climáticas e impactos das Guerras Rússia x Ucrânia e Israel x Hamas

O trigo é a principal matéria prima da Companhia e, por ser uma *commodity*, sofre impacto de diversas variáveis como clima, conflitos geográficos e intervenções governamentais. O conflito entre Rússia e Ucrânia não teve grande impacto nos preços de trigo em 2024 e a guerra entre Israel e Hamas, iniciada em outubro de 2023, com acordo de cessar-fogo assinado em 17 de janeiro de 2025, também não teve influência nos mercados mundiais.

No início do ano de 2024, as condições climáticas foram favoráveis para a maioria dos países produtores, especialmente nos Estados Unidos e Rússia, que projetaram volumes de produção superiores aos da safra anterior. Contudo, a Argentina enfrentou dificuldades devido à seca do ano anterior, resultando em uma produção inferior às expectativas e com qualidade inicial abaixo do esperado.

No segundo trimestre, condições climáticas adversas na Rússia e especulação dos fundos de investimento impulsionaram inicialmente os preços, mas a produção russa, embora ligeiramente abaixo das previsões, apresentou rendimentos satisfatórios, aliviando as tensões do mercado e gerando uma queda nos preços.

O terceiro trimestre apresentou menor volatilidade, com uma tendência de baixa nas bolsas e no mercado físico. A colheita no hemisfério norte, responsável por mais de 80% da oferta mundial, ocorreu com qualidade e produção satisfatórias, apesar de intempéries. No Brasil, a colheita iniciou com efeitos de variações climáticas em alguns estados, com o Paraná enfrentando perdas, enquanto o Rio Grande do Sul projetava uma produção superior a 4 milhões de toneladas, apesar dos efeitos negativos das fortes chuvas em algumas regiões.

No quarto trimestre de 2024, o mercado global de trigo estabilizou-se. Com produção superior à média histórica, a Argentina iniciou exportações de grãos de excelente qualidade. Nos Estados Unidos, a área plantada superou a safra anterior, com expectativa de produção de alta qualidade. No Brasil, variações regionais na qualidade do trigo e a desvalorização do Real elevaram os custos da matéria-prima, ajustados pela paridade de exportação.

A Companhia manteve em 2024 uma boa estratégia em suas aquisições de trigo e não sofreu falta de abastecimento, nem alterações excessivas de preços que pudessem impactar negativamente nos seus resultados e no fornecimento de seus produtos.

J. Macêdo S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1.3 Reforma Tributária sobre o consumo

Em 16 de janeiro de 2025 foi sancionada a Lei Complementar 214, primeira regulamentação da reforma tributária iniciada pela Emenda Constitucional 132, de 2023. A nova lei simplifica a cobrança de impostos sobre o consumo (bens e serviços). O texto é originado do Projeto de Lei Complementar (PLP) 68, aprovado em dezembro de 2024 pelo Congresso Nacional.

A principal mudança trazida pela nova lei são as regras para implementação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA). O tributo tem esse nome porque incide apenas sobre o valor adicionado em cada etapa da produção, descontando o que já foi taxado nas etapas anteriores. Dessa forma, evita a cumulatividade na cobrança de tributos ao longo das cadeias produtivas.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências: Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS, com arrecadação destinada ao governo federal e o Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, com arrecadação destinada aos estados e municípios. Esse modelo substituirá os atuais tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

Haverá um período de transição de 2026 até 2033, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da implementação gradual do novo modelo. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS® e às normas do CPC)

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB (atualmente denominadas “normas contábeis IFRS”) e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (“IFRIC”), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e contemplam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, consistentes com às utilizadas pela Administração da Companhia no processo de gestão.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi autorizada pelos membros do Conselho de Administração em 28 de fevereiro de 2025.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base em premissas de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação destas demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação dos saldos, transações, incluindo o valor adequado a ser registrado e divulgado nas mesmas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas, de forma prospectiva.

Estimativas

Itens significativos sujeitos a essas estimativas incluem a avaliação dos ativos e passivos financeiros derivativos e propriedades para investimento pelo valor justo, benefícios a empregados, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

J. Macêdo S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os saldos e transações reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão divulgadas na nota 3.

2.3 Base de mensuração e apresentação

Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo:

- (i) instrumentos financeiros derivativos – avaliados mensalmente e
- (ii) propriedades para investimento – avaliados anualmente através de laudo de especialista.

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de forma adversa.

A única controlada do Grupo que tem moeda funcional diferente da moeda da Controladora é a Cipolin S.A., sediada no Uruguai, que tem o dólar norte-americano como moeda funcional e cujos resultados e posição financeira são convertidos na moeda de apresentação conforme segue:

- Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço (dólar compra).
- As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (dólar venda).
- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas são compostas pelas demonstrações contábeis da Companhia e de sua controlada Cipolin S.A. em 31 de dezembro de 2024 e 2023, apresentada a seguir:

Razão social	País sede	% Participação societária	
		31/12/2024	31/12/2023
Cipolin S.A. ("Cipolin")	Uruguai	100,0	100,0

Cipolin (sociedade de capital fechado) – Controlada integral da J.Macêdo S.A., foi constituída em 1985, sob a razão social “Cipolin S.A.” A Cipolin se dedica ao processo de intermediação de compra de trigo para a J. Macêdo S.A., repassando o produto adquirido no exterior, seguindo rigorosamente as condições de preço do mercado internacional de trigo vigentes no momento de cada operação.

Transações eliminadas na consolidação

Saldo, transações e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre partes relacionadas são eliminadas na preparação das demonstrações contábeis consolidadas.

J. Macêdo S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida.

Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.1 Operação em conjunto (*joint operation*)

A operação controlada em conjunto é aquela na qual a Companhia possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime nas decisões estratégicas e operacionais das partes que compartilham o controle.

A Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda. (Tergran) é uma sociedade de capital fechado cuja operação é controlada em conjunto com as companhias Grande Moinho Cearense S.A. e M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, as quais detêm participações iguais no capital social e nomeiam, de comum acordo, o diretor operacional encarregado pela sua administração. A Tergran é uma empresa de propósito específico, com personalidade jurídica própria, cujo objeto social é a exploração da atividade de operadora portuária, realizando, em especial, a descarga e a armazenagem de grãos no porto de Fortaleza para atender aos três moinhos localizados na zona portuária.

O investimento é reconhecido nas demonstrações financeiras individuais pelo método de equivalência patrimonial e, por ser uma operação em conjunto (*joint operation*), seus ativos, passivos, receitas e despesas são reconhecidos, em relação à sua participação, somente nas demonstrações consolidadas.

3.2 Conversão de saldos em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

Itens não monetários mensurados pelo custo histórico em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Itens não monetários mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos usando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas em que o valor justo for mensurado.

Os adiantamentos relativos a importações de matéria-prima, insumos, máquinas e equipamentos em andamento, em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional da Companhia na data da transação, ou seja, na data em que os adiantamentos foram efetuados. Este tratamento é dado pelo fato dos adiantamentos serem considerados pré-pagamentos, que serão liquidados com a entrega de bens ou serviços e não são restituíveis. Quando da entrega do ativo para o qual o adiantamento foi efetuado, a Companhia efetua o registro do imobilizado ou do estoque pelo custo incorrido, caso seja componente de produção, contra a baixa do adiantamento correspondente.

Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real pela média mensal das taxas de câmbio.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido, como ajustes acumulados de conversão.

J. Macêdo S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3.3 Tributos sobre o lucro

A receita (despesa) com imposto de renda e contribuição social compreende os tributos correntes e diferidos.
Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. No caso da Cípolin, controlada no Uruguai, a alíquota de IRPJ é de 25% sobre a renda líquida gravada, não sendo aplicável a CSLL.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, despesas não dedutíveis temporariamente e bases negativas da contribuição social que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

O tributo diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

A mensuração do tributo diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações contábeis, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O tributo diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data de elaboração das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações contábeis e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

3.4 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável certeza de que o benefício será recebido. O detalhamento sobre as subvenções governamentais da Companhia consta na Nota 20.

3.5 Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição e produção, ou pelo valor realizável líquido, dos dois, o menor. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

O custo dos estoques é mensurado com base no custo médio ponderado. São incluídos no custo todos os gastos com materiais diretos, mão de obra e gastos gerais de fabricação, com base na capacidade normal de produção. A Capacidade total de produção é a máxima que se consegue extrair dos equipamentos, considerando

J. Macêdo S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

reduções provocadas pelas paradas de manutenção, tempo de setup e outros eventos semelhantes considerados normais para a entidade.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias-primas - Custo de aquisição segundo o custo médio.
- Produtos acabados e em elaboração - Custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

A Companhia registra provisão para perdas de estoques em função de produtos avariados e/ou obsoletos.

3.6 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição da Companhia para o CPC (IFRS), foi determinado com base em seu valor justo naquela data.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão divulgadas na Nota 13.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

3.7 Arrendamento

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor, e reconhece os passivos de arrendamento e ativos de direito de uso.

J. Macêdo S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo prazo do contrato de arrendamento.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.8 Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos.

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data das demonstrações contábeis. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem geradas.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no exercício da baixa. Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso.

3.9 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Ganhos ou perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

J. Macêdo S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3.10 Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros

Ativos financeiros

Em cada data de apresentação das demonstrações contábeis, é analisado se existem evidências objetivas que determinem se o valor contábil de um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, estima-se o valor recuperável do ativo. Essas evidências devem refletir que um evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou o emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título, entre outras.

É considerada evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, utiliza-se tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas, se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Ativos não financeiros (exceto estoques, propriedades para investimentos e tributos diferidos)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não há indicativo de perdas por redução ao valor recuperável. Portanto, não foi necessário realizar o teste de *impairment*.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo menos custos de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.11 Provisões

Provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando é esperado que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada nas demonstrações contábeis, líquida de qualquer reembolso.

3.12 Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e registradas como despesas conforme o direito relacionado seja concedido.

J. Macêdo S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos resultados, se existir uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Obrigações de benefícios pós-emprego são mensuradas com base em laudo atuarial emitido por especialista ao final do exercício.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob um plano de benefício definido, se existir uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.13 Reconhecimento de receita de contratos com clientes

A Companhia reconhece a receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades quando as partes do contrato o aprovarem e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações. O valor justo da contraprestação recebida ou a receber é reconhecida quando: (i) há evidência convincente de que o controle de um bem ou serviço é transferido ao cliente, o que em geral ocorre na sua entrega; (ii) pelo valor que a entidade espera ter direito a receber em troca da transferência do bem ou serviço e (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional, conforme as vendas sejam reconhecidas.

A entrega ocorre quando os produtos são enviados para o local especificado, o cliente aceita os produtos, de acordo com o contrato de venda, e as disposições de aceite tenham prescrito ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios de aceite das mercadorias foram atendidos.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre investimentos e outras receitas de juros, variação cambial e ganhos nos instrumentos financeiros derivativos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos, variação cambial e perdas com instrumentos financeiros derivativos que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

3.14 Segmento de negócios

Um segmento operacional é definido como um componente de uma entidade para o qual haja informação financeira individualizada disponível, sendo avaliada de forma regular pelo principal gestor das operações dessa entidade na tomada de decisão sobre a alocação de recursos para um segmento e na avaliação do seu desempenho.

A Companhia atua no segmento alimentício com as seguintes linhas de produtos: farinhas e farelo de trigo, misturas para pães e bolos, sobremesas, massas alimentícias, biscoitos e fermentos. A produção e a comercialização dos produtos alimentícios não contam com apuração ou mensuração de lucros ou prejuízos operacionais individualizados, que sejam regularmente revistos pelo principal gestor das operações, seja para tomada de decisão de investimentos, seja para avaliar seu desempenho em separado.

O principal tomador de decisões da Companhia é o presidente executivo. Considerando que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que possui somente um segmento objeto de reporte.

J. Macêdo S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3.15 Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) individual e consolidada foi elaborada nos termos CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis, conforme normas contábeis brasileiras aplicáveis às companhias listadas na CVM, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

3.16 Normas emitidas e vigentes a partir de 1º de janeiro de 2024

As alterações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024 ou após essa data, das normas listadas a seguir, não tiveram impacto sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nem se espera que haja algum impacto futuro para o Grupo.

- IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis
- IFRS 16 - Arrendamentos
- IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações

3.17 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As novas normas e interpretações ou alterações emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil, a não ser por determinação expressa dos órgãos reguladores, como CFC e CVM. A Companhia irá adotar as normas aplicáveis quando entrarem em vigor e a Administração está avaliando eventuais impactos dessas normas e divulgará, oportunamente, qualquer impacto relevante em suas demonstrações contábeis. Dentre as normas mencionadas, a Administração acredita que o IFRS 18 será a que terá maior impacto, especialmente em relação ao novo formato de divulgações requeridas.

- IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substituiu o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras e introduziu novos requisitos para apresentação das demonstrações contábeis, em especial da demonstração do resultado do exercício, com a inclusão de dois novos subtópicos e apresentação das receitas e despesas em cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. Também trouxe a exigência de divulgação em nota explicativa de medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) e novos princípios para a agregação e desagregação de informações, dentre outras alterações.

Vigência: a partir de janeiro de 2027.

- IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações: Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.

Vigência: a partir de janeiro de 2027.

- Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial: Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

Vigência: a partir de janeiro de 2025.

- Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of*

J. Macêdo S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Exchangeability emitido pelo IASB. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis.

Vigência: a partir de janeiro de 2025.

- Orientação Técnica OCPC10 - Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO): Em outubro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu essa orientação técnica, cujo objetivo é tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO₂e)¹, Permissões de emissão (allowances)² e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas, conforme definido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Vigência: a partir de janeiro de 2025.

3.18 Normas relacionadas à Sustentabilidade

- Pronunciamento Técnico CBPS 01 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade: Em outubro de 2024, o Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS) emitiu o CBPS 01, cujo objetivo é exigir que a entidade divulgue informações sobre seus riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que sejam úteis aos principais usuários de relatórios financeiros para fins gerais ao tomar decisões relacionadas ao fornecimento de recursos à entidade.

Vigência: a partir de janeiro de 2026, podendo haver adoção antecipada.

- Pronunciamento Técnico CBPS 02 - Divulgações Relacionadas ao Clima: Em outubro de 2024, o Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS) emitiu o CBPS 02, cujo objetivo é exigir que a entidade divulgue informações sobre seus riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas que sejam relevantes aos principais usuários de relatórios financeiros para fins gerais ao tomar decisões relacionadas ao fornecimento de recursos à entidade.

Vigência: a partir de janeiro de 2026, podendo haver adoção antecipada.

A Companhia não fez a opção de adoção antecipada do CBPS 01 e CBPS 02 em 2024.

Não há outras normas contábeis ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento	1.295	2.760	4.410	23.022
Equivalentes de caixa	355.823	334.536	358.581	334.629
	357.118	337.296	362.991	357.651

Os equivalentes de caixa referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) pós-fixados, remunerados à taxa média de 100,07% (2023: 100,95%) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e estão destinados à negociação imediata. Os equivalentes de caixa possuem liquidez diária e o resgate não ocasiona perdas financeiras.

A Companhia mantém os saldos de depósitos bancários e aplicações financeiras disponíveis para resgate imediato sem perda de rentabilidade com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo. Por esse motivo, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa para fins de elaboração da demonstração do fluxo de caixa.

J. Macêdo S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

5. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Cientes no país	416.877	390.297	417.120	472.353
Desconto de verbas contratuais (i)	(15.526)	(18.235)	(15.526)	(18.235)
Provisão para perdas de crédito esperadas (ii)	(359)	(434)	(359)	(434)
	400.992	371.628	401.235	453.684

- (i) Os descontos de verbas contratuais representam descontos firmados com grandes redes, aplicados diretamente sobre o faturamento.
- (ii) A provisão para perdas de crédito esperadas é constituída ao longo do ano, em percentual fixo sobre o faturamento definido anualmente com base no histórico de perdas e perdas esperadas, e revertida ao final do exercício, momento em que a perda real é efetivada. A análise prospectiva das perdas esperadas também é realizada periodicamente.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a análise do vencimento das contas a receber de clientes possui a seguinte apresentação:

Prazo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Valores a vencer:	383.307	353.959	383.550	436.015
Valores vencidos:				
de 1 a 30 dias	29.503	32.255	29.503	32.255
de 31 a 60 dias	3.173	2.982	3.173	2.982
de 61 a 90 dias	387	628	387	628
de 91 a 180 dias	507	473	507	473
	416.877	390.297	417.120	472.353

A movimentação da provisão para redução ao valor recuperável das contas a receber, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está assim representada:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(434)	(553)
Reversões (provisões)	75	119
Saldo final	(359)	(434)

Na Nota 28c, está demonstrado o montante das contas a receber por tipo e por concentração de cliente, assim como os critérios estabelecidos para a provisão para redução ao valor recuperável das contas a receber.

6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Matérias-primas (i)	117.141	76.096	117.141	76.096
Produtos acabados	67.541	56.150	67.541	56.150
Materiais de produção	49.350	42.772	49.350	42.772
Materiais de manutenção e outros	20.307	16.726	20.430	16.849
Produtos em processo	9.303	7.620	9.303	7.620
Adiantamento de fornecedores de matéria-prima (ii)	5.199	31.364	5.199	31.364
Importações de matéria-prima em andamento (iii)	1.764	60.529	1.635	932
	270.605	291.257	270.599	231.783

- (i) Aumento representado, substancialmente, por incremento no volume e no preço do trigo.
- (ii) Redução representada, substancialmente, pela baixa em janeiro de 2024 de um adiantamento para compra de trigo efetuado em dezembro de 2023, no montante de R\$ 28.000.
- (iii) Representado substancialmente por adiantamentos para compra de trigo e outras matérias-primas. Os adiantamentos são liquidados em 30 dias, em média. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de adiantamentos com a controlada Cipolin é de R\$ 129 (2023: R\$ 59.597). O saldo ficou reduzido em virtude da baixa dos adiantamentos ao final do ano, compensados com as entradas de trigo importado.

J. Macêdo S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A provisão para perdas em estoques é refletida, em sua maior parte, nas contas de produtos acabados, matérias-primas e materiais de manutenção. A movimentação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, segue assim representada:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(626)	-
Reversões (provisões)	(67)	(626)
Saldo final	(693)	(626)

7. Impostos e contribuições sociais a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
ICMS a apropriar (i)	111.093	86.193	111.093	86.193
Crédito fiscal de subvenção para investimento (ii)	25.778	-	25.778	-
ICMS a recuperar (iii)	16.904	31.895	16.904	31.895
PIS e COFINS a recuperar (v)	5.395	5.986	5.395	5.986
IPI a recuperar	3.932	2.689	3.932	2.689
ICMS a recuperar s/ ativo imobilizado	3.919	2.233	3.919	2.233
ICMS a ressarcir (iv)	509	4.418	509	4.418
Outros impostos e contribuições	2.112	2.643	2.188	2.725
	169.642	136.057	169.718	136.139
Circulante	151.390	117.707	151.466	117.789
Não Circulante	18.252	18.350	18.252	18.350

Os impostos e as contribuições sociais a recuperar têm a seguinte origem:

- (i) Trata-se de pagamentos antecipados de ICMS Substituição Tributária (ICMS ST), bem como de incentivos e benefícios de ICMS que serão apropriados no momento da venda.
- (ii) Refere-se ao crédito fiscal de subvenção para investimento previsto na Lei 14.789/23, que corresponde ao produto das receitas de subvenção (limitadas ao montante de depreciação acumulada a partir da data do ato concessivo da subvenção) aplicando-se a alíquota de 25% (vinte e cinco por cento). Conforme definido na referida lei, o crédito fiscal poderá ser realizado por meio da compensação com tributos administrados pela Receita Federal e se estima que será realizado em até 12 meses.
- (iii) Correspondem aos saldos credores de ICMS das operações da Companhia, registrados em seus livros fiscais e resultantes das suas apurações mensais (confronto entre débitos e créditos).
- (iv) Referem-se a valores oriundos de levantamentos de ressarcimentos de ICMS ST, bem como análises e revisões tributárias de ICMS Normal para os quais são protocolados processos de ressarcimento ou restituição junto aos Estados. Os valores são utilizados à medida que os processos são homologados; os saldos constantes nas contas constituem os valores ainda pendentes das análises fazendárias.
- (v) Trata-se de saldos credores das operações correntes do exercício, em razão da diferença positiva entre débitos e créditos das contribuições, bem como créditos apurados de forma extemporânea, referentes a despesas geradoras de crédito diversas, não reconhecidas nas competências anteriores.

J. Macêdo S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

8. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento para futuro aumento de capital (i)	12.021	4.177	-	-
Depósitos judiciais e recursais	2.880	3.426	2.891	3.426
Adiantamento a fornecedores (ii)	1.422	23.705	2.396	29.468
Seguro garantia	1.209	1.400	1.209	1.400
Depósitos judiciais cíveis	1.119	1.062	1.119	1.062
Adiantamento a funcionários	1.018	902	1.018	902
Sinistros a receber	507	1.205	507	1.205
Outros créditos	122	2.290	187	3.791
	20.298	38.167	9.327	41.254
Circulante	15.090	32.280	4.108	31.184
Não Circulante	5.208	5.887	5.219	10.070

- (i) Adiantamentos para futuro aumento de capital junto a operação controlada em conjunto Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda.
- (ii) Representado, substancialmente, por adiantamentos a fornecedores de máquinas e equipamentos e serviços relacionados. O saldo foi reduzido em virtude de reclassificação para adiantamento a fornecedores de imobilizado, conforme nota 13.

9. Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas decorrem, principalmente, de transações entre empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico que a Companhia está inserida e são, substancialmente, efetuadas em bases usuais de mercado.

Empresa líder do Grupo

A J. Macêdo S.A. é controlada pela J. Macêdo S.A. - Comércio, Administração e Participações, que por sua vez é uma subsidiária da MAC-DO Administração e Participações S.A.

Entidades com influência significativa sobre a Companhia

- J. Macêdo S.A. - Comércio, Administração e Participações.
- MAC-DO Administração e Participações S.A.
- BDM Participações Ltda.

Operação controlada em conjunto (joint operation):

Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda., conforme detalhado na Nota 3.

Empresa controlada

Cipolin S.A., conforme detalhado na Nota 3.

Empresa coligada

CEMEC Construções Eletromecânicas S.A.

A CEMEC é uma sociedade de capital fechado cuja participação da Companhia no seu capital social é de 15,60%. Esta Companhia possuía, como atividade principal, a fabricação de transformadores de distribuição, força e subestação compacta e, em março de 2012, paralisou suas operações. Por ser uma empresa do mesmo grupo econômico da Companhia, esse investimento é avaliado pelo método de equivalência patrimonial. Os planos da Administração dessa investida incluem a busca de alternativas para a retomada do negócio através de um sócio no segmento e/ou venda.

J. Macêdo S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Termos e condições de transações com partes relacionadas

Os empréstimos e recebíveis com partes relacionadas decorrem de transações comerciais e societárias com as demais empresas integrantes do mesmo grupo econômico que a Companhia está inserida.

Sobre os saldos de recebíveis entre as empresas do Grupo, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não há provisão para perda ao valor recuperável registrada, pela ausência de títulos em atraso ou com risco de realização. A seguir o quadro das operações entre as partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<u>Ativo circulante</u>				
Adiantamento a fornecedores (Nota 6) Cipolin S.A.	129	59.597	-	-
Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital - Tergran	12.021	4.177	-	-
	12.150	63.774	-	-
<u>Passivo circulante</u>				
Fornecedores - Cipolin S.A.	-	(210)	-	-
Outras contas a pagar - Tergran	-	(1.188)	-	-
	-	(1.398)	-	-

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
<u>Resultado</u>		
Cipolin S.A. - Custo com importação de trigo (i)	750.663	468.032
Tergran - Custos portuários	5.081	3.006
	755.744	471.038

- (i) Aumento representado, substancialmente, pela alta do dólar em 2024.

Remuneração do pessoal-chave da Administração da companhia

A Assembleia Geral Ordinária determinou a fixação do pró-labore global dos administradores em até R\$ 2.917 mensal, limitado a R\$ 35.000/ano para o exercício de 2024 (R\$ 30.000/ano em 2023), cuja distribuição individualizada foi fixada pelos administradores. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as despesas com honorários da Administração totalizaram R\$ 10.763 (2023: R\$ 8.588).

Avais e garantias

As operações para empréstimos e financiamentos perante instituições financeiras são, em sua maioria, lastreadas por fianças bancárias. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não existem mais operações com garantias de partes relacionadas.

J. Macêdo S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

10. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos apresentam a seguinte natureza:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	34.648	68.913
Diferenças temporárias:		
Provisão para perda ao valor recuperável	122	148
Provisão para perdas com estoques	236	213
Provisão para contingências	4.507	5.103
Provisão de honorários de êxito	1.245	1.008
Programa de participação nos resultados	5.123	5.520
Provisão de bônus da administração	7.798	7.616
Perda operação "swap"	3.539	2.519
Arrendamentos	642	661
Obrigações com benefícios definidos pós-emprego	1.578	1.218
Total diferido ativo	59.438	92.919
Ajuste de avaliação patrimonial	(6.563)	(6.683)
Valor justo propriedade para investimento	(15.879)	(13.658)
Juros sobre empréstimos capitalizados	(31.843)	(30.258)
Diferença de depreciação (taxa fiscal e societária)	(38.262)	(33.982)
Total diferido passivo	(92.547)	(84.581)
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido	(33.109)	8.338

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação direta entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

Em dezembro de 2023, a J.Macêdo voltou a contabilizar 100% (cem por cento) do imposto de renda e contribuição social diferido ativo sobre Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, cujo saldo foi parcialmente realizado em 2024 e espera-se que seja integralmente consumido em até dois anos.

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Corrente				
Imposto de renda	(14.715)	(10.653)	(14.757)	(10.653)
Contribuição social	(20.029)	(7.946)	(20.045)	(7.946)
	(34.744)	(18.599)	(34.802)	(18.599)
Diferido				
Imposto de renda	(30.794)	8.526	(30.794)	8.526
Contribuição social	(10.484)	7.423	(10.484)	7.423
	(41.278)	15.949	(41.278)	15.949
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(76.022)	(2.650)	(76.080)	(2.650)

J. Macêdo S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Reconciliação da taxa efetiva

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro contábil antes do Imposto de Renda e da CSLL	428.270	426.218	428.328	426.218
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e CSLL pela alíquota combinada	(145.612)	(144.914)	(145.632)	(144.914)
Adições permanentes				
Despesas não dedutíveis	(10.620)	(7.752)	(10.620)	(7.752)
	(10.620)	(7.752)	(10.620)	(7.752)
Exclusões permanentes				
Ganho de incentivos fiscais estaduais e federais	40.077	91.754	40.077	91.754
Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL	34.198	14.230	34.198	14.230
Benefício fiscal - juros sobre capital próprio	-	26.448	-	26.448
Outras exclusões, líquidas	5.935	17.584	5.897	17.584
	80.210	150.016	80.172	150.016
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(76.022)	(2.650)	(76.080)	(2.650)
Alíquota efetiva	17,75%	0,62%	17,76%	0,62%

10.1 Reforma Tributária Internacional – Regras Modelo do Pilar Dois

Em 23 de maio de 2023, o *International Accounting Standards Board* emitiu a Reforma Tributária Internacional – Regras Modelo do Pilar Dois – Alterações à IAS 12 (equivalente ao CPC 32), que esclarecem que a IAS 12 (CPC 32) se aplica aos impostos sobre a renda decorrentes de legislações tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas para implementar as regras modelo do Pilar Dois publicadas pela OCDE, incluindo legislações tributárias que implementam os Impostos Mínimos de Complementação Doméstica Qualificados. As alterações ao IAS 12 estabelecem uma isenção temporária sobre reconhecimento e divulgação de impostos diferidos sobre o lucro.

A iniciativa “Pillar 2” exige que os grupos multinacionais que possuem um volume de negócios global anual superior a € 750 milhões recolham pelo menos 15% do imposto sobre a renda em todas as jurisdições em que atuam, estabelecendo um nível mínimo de tributação.

Essas alterações ainda não são aplicáveis para o exercício de reporte atual, uma vez que a receita consolidada do Grupo está atualmente abaixo do limite de 750 milhões de euros.

11. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Participações em empresas controlada, coligada e controlada em conjunto	16.226	11.498	3.573	3.157
	16.226	11.498	3.573	3.157

J. Macêdo S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	31/12/2024			31/12/2023		
	Tergran	Cipolin	Cemec	Tergran	Cipolin	Cemec
Informações sobre as controladas:						
Quantidade de ações	2.193.000	459.773.063	4.979	2.193.000	459.773.063	4.979
Participação no capital total e votante:	33,33%	100,00%	15,60%	33,33%	100,00%	15,76%
Ativo circulante	13.853	3.255	5.841	16.223	102.019	143
Ativo não circulante	65.076	-	20.351	18.755	-	23.724
Total de ativos	78.929	3.255	26.192	34.978	102.019	23.867
Passivo circulante	9.745	411	163	2.080	100.412	84
Passivo não circulante	39.758	-	3.128	12.696	-	3.749
Total de passivos	49.503	411	3.291	14.776	100.412	3.833
Patrimônio líquido	29.426	2.844	22.901	20.202	1.607	20.034
Capital social	34.645	37.787	12.206	25.677	37.787	12.005
Lucro/(prejuízo) do exercício	256	501	5.028	(1.331)	1.422	(1.640)

Movimentação dos investimentos

	31/12/2024			31/12/2023	
	Tergran	Cipolin	Cemec	Total	Total
Saldo inicial	6.734	1.607	3.157	11.498	10.864
Recebimento de dividendos	-	-	(368)	(368)	-
Resultado de equivalência patrimonial	86	501	784	1.371	567
Aumento de capital	4.177	-	-	4.177	-
Variação cambial de investimento no exterior	-	736	-	736	67
Redução de capital	(1.188)	-	-	(1.188)	-
Saldo final	9.809	2.844	3.573	16.226	11.498

12. Propriedades para investimentos

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	46.081	50.471
Adições - custo	539	-
Remensuração do valor justo	6.529	(4.390)
Saldo final	53.149	46.081

As propriedades para investimento se referem a uma unidade fabril situada em Maceió e desativada em 2019, no montante de R\$ 47.763 (2023: R\$ 46.081) e um terreno situado no Crato/CE, no montante de R\$ 5.386 (2023: zero). Estes ativos estão disponíveis para arrendamento a terceiros e/ou para valorização, seguido de venda ou realização por outros meios e estão registrados a valor justo com base em avaliação realizada por avaliadores independentes e especializados ao final de cada exercício, os quais representam os valores mínimos que a Companhia espera receber com a realização desses ativos.

J. Macêdo S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

13. Imobilizado

a) Controladora

Composição dos saldos

	Taxas médias anuais de depreciação	31/12/2024			31/12/2023		
		Custo	Depreciação acumulada	Total líquido	Custo	Depreciação acumulada	Total líquido
Terrenos	-	34.504	-	34.504	26.003	-	26.003
Edificações e outros imóveis	3,5%	497.860	(158.728)	339.132	492.491	(143.374)	349.117
Máquinas e equipamentos industriais	10,8%	547.790	(258.431)	289.359	531.421	(230.641)	300.780
Instalações	10,7%	41.567	(29.446)	12.121	37.613	(28.556)	9.057
Móveis e utensílios	12,1%	6.567	(4.654)	1.913	6.166	(4.440)	1.726
Computadores e periféricos	27,2%	857	(327)	530	7.059	(6.387)	672
Veículos	10,0%	140	(128)	12	140	(114)	26
Outros	27,4%	5.803	(4.259)	1.544	6.551	(4.450)	2.101
		1.135.088	(455.973)	679.115	1.107.444	(417.962)	689.482
Imobilizado em andamento (i)	-	242.563	-	242.563	28.612	-	28.612
Adiantamento a fornecedores (ii)	-	110.984	-	110.984	3.308	-	3.308
Direito de uso em arrendamento (Nota 18)	-	89.239	(61.281)	27.958	62.769	(53.253)	9.516
		1.577.874	(517.254)	1.060.620	1.202.133	(471.215)	730.918

Movimentação dos saldos

	Saldos em 31/12/2023	Adições	Alienações e/ou baixas	Transferências	Depreciação	Saldos em 31/12/2024
Terrenos	26.003	4.523	-	3.978	-	34.504
Edificações e outros imóveis	349.117	43	(25)	5.508	(15.511)	339.132
Máquinas e equipamentos industriais	300.780	9.090	(344)	9.486	(29.653)	289.359
Instalações	9.057	325	(20)	5.808	(3.049)	12.121
Móveis e utensílios	1.726	539	(7)	21	(366)	1.913
Computadores e periféricos	672	175	(216)	38	(139)	530
Veículos	26	-	-	-	(14)	12
Outros	2.101	173	-	-	(730)	1.544
Imobilizado em andamento (i)	28.612	238.790	-	(24.839)	-	242.563
Adiantamento a fornecedores (ii)	3.308	107.676	-	-	-	110.984
Direito de uso em arrendamento (Nota 18)	9.516	28.360	(1.811)	-	(8.107)	27.958
	730.918	389.694	(2.423)	-	(57.569)	1.060.620

b) Consolidado

Composição dos saldos

	Taxas médias anuais de depreciação	31/12/2024			31/12/2023		
		Custo	Depreciação acumulada	Total líquido	Custo	Depreciação acumulada	Total líquido
Terrenos	-	34.504	-	34.504	26.003	-	26.003
Edificações e outros imóveis	3,5%	501.964	(162.118)	339.846	496.595	(146.614)	349.981
Máquinas e equipamentos industriais	10,8%	556.296	(261.127)	295.169	534.544	(233.243)	301.301
Instalações	10,7%	42.778	(30.211)	12.567	38.824	(29.229)	9.595
Móveis e utensílios	12,1%	6.664	(4.726)	1.938	6.262	(4.507)	1.755
Computadores e periféricos	27,2%	1.218	(675)	543	7.412	(6.688)	724
Veículos	10,0%	160	(143)	17	160	(124)	36
Outros	27,4%	7.035	(4.260)	2.775	6.606	(4.450)	2.156
		1.150.619	(463.260)	687.359	1.116.406	(424.855)	691.551
Imobilizado em andamento (i)	-	252.668	-	252.668	28.612	-	28.612
Adiantamento a fornecedores (ii)	-	110.984	-	110.984	3.308	-	3.308
Direito de uso em arrendamento (Nota 18)	-	89.239	(61.281)	27.958	62.769	(53.253)	9.516
		1.603.510	(524.541)	1.078.969	1.211.095	(478.108)	732.987

J. Macêdo S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Movimentação dos saldos

	Saldos em 31/12/2023	Adições	Alienações e/ou baixas	Transferências	Depreciação	Saldos em 31/12/2024
Terrenos	26.003	4.523	-	3.978	-	34.504
Edificações e outros imóveis	349.981	44	(25)	5.508	(15.662)	339.846
Máquinas e equipamentos industriais	301.301	14.477	(349)	9.486	(29.746)	295.169
Instalações	9.595	325	(20)	5.808	(3.141)	12.567
Móveis e utensílios	1.755	539	(7)	21	(370)	1.938
Computadores e periféricos	724	181	(216)	38	(184)	543
Veículos	36	-	-	-	(19)	17
Outros	2.156	1.576	(226)	-	(731)	2.775
Imobilizado em andamento (i)	28.612	248.895	-	(24.839)	-	252.668
Adiantamento a fornecedores (ii)	3.308	107.676	-	-	-	110.984
Direito de uso em arrendamento (Nota 18)	9.516	28.360	(1.811)	-	(8.107)	27.958
	732.987	406.596	(2.654)	-	(57.960)	1.078.969

- (i) O saldo em 31 de dezembro de 2024 é composto por obras em andamento, no montante de R\$ 252.668 (2023: R\$ 28.612) que equivale, substancialmente, a investimentos para a modernização do moinho de Salvador e construção das duas novas unidades fabris em Horizonte/CE e Londrina/PR.
- (ii) O saldo em 31 de dezembro de 2024 é composto por adiantamentos a fornecedores de ativo imobilizado, no montante de R\$ 110.984 (31 de dezembro de 2023: R\$ 3.308) que equivale, substancialmente, aos investimentos mencionados no item (i) acima.

O valor dos juros de financiamentos capitalizados em 2024 foi de R\$ 7.349 (31 de dezembro de 2023: zero), correspondente aos juros de FINAME e FINEM registrados no segundo semestre de 2024, à taxa média ponderada de 13,01% a.a.

c) Composição da depreciação e amortização

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia registrou em seu resultado, custos e despesas com depreciação e amortização, conforme apresentado a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Depreciação	(55.940)	(58.201)	(56.329)	(58.583)
Amortização	(756)	(1.147)	(756)	(1.147)
Depreciação do custo atribuído	(353)	(207)	(353)	(207)
Depreciação e amortização no exercício (i)	(57.049)	(59.555)	(57.438)	(59.937)

- (i) Do montante total de depreciação e amortização no exercício de 2024, aproximadamente R\$ 49.400 está no custo (2023: R\$ 51.700).

d) Ativos concedidos em garantias

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possuía bens do ativo imobilizado concedidos em garantia de operações financeiras, conforme apresentados abaixo:

Descrição dos itens oferecidos em garantia	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Máquinas e equipamentos	198.446	210.143
Edificações	189.042	194.003
Instalações	2.944	3.882
Móveis e utensílios	655	608
Terrenos	15.875	7.374
Imobilizado em andamento	74.220	13.170
Outros	1.425	1.651
	482.607	430.831

Todas as operações garantidas pelos ativos imobilizados são associadas a empréstimos e financiamentos, conforme nota 16 e debêntures, conforme nota 17.

J. Macêdo S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

14. Fornecedores

Refere-se às contas a pagar a fornecedores, basicamente, de insumos, sem a incidência de encargos financeiros, com prazos previstos para liquidação entre 07 e 120 dias.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores nacionais	158.700	139.643	162.357	139.851
Fornecedores estrangeiros	2.207	8.077	2.207	49.076
	160.907	147.720	164.564	188.927

A Companhia mantém relacionamento com bancos parceiros que possibilitam estruturar com os seus principais fornecedores, em especial com a controlada Cipolin S.A., a operação de risco sacado, no qual destina parte do seu limite global para esse produto, disponibilizando aos fornecedores a antecipação de seus recebíveis relacionados às compras de matéria-prima pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não há saldo de operações de risco sacado.

15. Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
ICMS (i)	21.456	14.782	21.493	14.783
INSS retido	1.384	442	1.384	442
ISS retido	987	447	1.001	452
PIS e COFINS	159	-	272	113
Outros tributos a recolher	1.932	4.596	2.035	4.607
	25.918	20.267	26.185	20.397

- (i) Valores devidos de ICMS na operação de saída de produtos tributados e antecipações. Nesta linha são contabilizados os valores a recolher de ICMS Normal, Substituição Tributária e Antecipação do Trigo. Os saldos variam de acordo com o volume mensal de saídas, bem como de entradas de Trigo e produtos tributados por antecipação tributária.

16. Empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado)

Composição dos saldos

Natureza	Indexador	Taxas de juros (a.a.)		Controladora e Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Moeda nacional – R\$					
FINAME (i)	SELIC	1,41% a 1,81%	-	99.876	-
FINEM BNDES (i)	SELIC e TLP	1,81% a 4,26%	1,92% a 4,26%	125.333	44.761
Crédito rural	CDI	1,50%	1,50%	71.225	71.297
Capital de giro	Pré fixado e CDI	1,50%	1,50%	6.922	6.970
				303.356	123.028
Circulante				65.172	14.635
Não circulante				238.184	108.393

- (i) Garantido por alienação fiduciária dos bens e/ou nota promissória.

As parcelas a vencer classificadas no não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
2025	-	62.951
2026	45.442	45.442
A partir de 2027	192.742	-
	238.184	108.393

J. Macêdo S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Movimentação dos saldos

	Saldos em 31/12/2023	Adições		Amortizações		Transf.	Saldos em 31/12/2024
		Principal	Encargos	Principal	Encargos		
Finame / Finem BNDES	13.174	-	4.091	(13.054)	(3.332)	21.146	22.025
Capital de giro – moeda nacional	164	-	820	(40)	(828)	6.806	6.922
Crédito Rural	1.297	-	8.417	-	(8.489)	35.000	36.225
Total circulante	14.635	-	13.328	(13.094)	(12.649)	62.952	65.172
Finame / Finem BNDES	31.587	189.107	3.636	-	-	(21.146)	203.184
Capital de giro – moeda nacional	6.806	-	-	-	-	(6.806)	-
Crédito Rural	70.000	-	-	-	-	(35.000)	35.000
Total não circulante	108.393	189.107	3.636	-	-	(62.952)	238.184
Total	123.028	189.107	16.964	(13.094)	(12.649)	-	303.356

Os empréstimos e financiamentos contratados junto ao BNDES exigem o cumprimento de determinados índices associados ao balanço patrimonial e demonstração do resultado da Companhia, apurados anualmente, no encerramento do exercício. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia está adimplente com o cumprimento das cláusulas de covenants.

17. Debêntures (controladora e consolidado)

Em 15 de outubro de 2021 foram emitidas debêntures (5ª emissão) simples, não conversíveis em ações, em série única, cujo valor nominal unitário é atualizado mensalmente pelo IPCA, calculado de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis e amortizado em parcelas mensais, com vencimento final em 12 de novembro de 2026.

Em 15 de abril de 2023, a Companhia realizou sua 6ª (sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 (duas) séries. As debêntures da primeira série possuem o prazo de vencimento em 12 de abril de 2028 e o valor nominal unitário não será atualizado monetariamente. As debêntures da segunda série possuem prazo de vencimento em 11 de abril de 2030 e valor nominal unitário será atualizado mensalmente pelo IPCA, calculado de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis e amortizado em parcelas trimestrais, com vencimento final em 11 de abril de 2030.

Composição dos saldos

Debêntures	Indexador	Taxas de juros (a.a.)		Controladora e Consolidado	
		31/12/2024 e 31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023
5ª emissão (i)	IPCA	6,3071%		156.229	226.530
6ª emissão/1ª Série	CDI	1,65%		137.532	137.684
6ª emissão/2ª Série	IPCA	7,80%		71.425	68.112
Custos de transação	-	-		(12.084)	(16.632)
				353.102	415.694
Circulante				81.772	78.081
Não circulante				271.330	337.613

(i) Garantido por alienação fiduciária de bens.

As parcelas a vencer classificadas no não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
2025	-	72.950
2026	127.311	123.313
A partir de 2027	144.019	141.350
	271.330	337.613

J. Macêdo S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Movimentação de saldos

	Saldos em 31/12/2023	Adições		Amortizações		Transf.	Saldos em 31/12/2024
		Principal	Encargos	Principal	Encargos		
5ª emissão	77.991	-	26.616	(68.571)	(22.847)	68.571	81.760
6ª - emissão - 1ª série	3.611	-	16.327	-	(16.479)	-	3.459
6ª - emissão - 2ª série	1.027	-	5.264	-	(5.190)	-	1.101
Custos de transação	(4.548)	-	-	-	-	-	(4.548)
Total circulante	78.081	-	48.207	(68.571)	(44.516)	68.571	81.772
5ª emissão	148.539	-	(5.499)	-	-	(68.571)	74.469
6ª - emissão - 1ª série	134.073	-	-	-	-	-	134.073
6ª - emissão - 2ª série	67.085	-	3.239	-	-	-	70.324
Custos de transação	(12.084)	4.548	-	-	-	-	(7.536)
Total não circulante	337.613	4.548	(2.260)	-	-	(68.571)	271.330
Total	415.694	4.548	45.947	(68.571)	(44.516)	-	353.102

Características das ofertas

Debêntures	5ª. Emissão
Tipo	Simple, nominativas escriturais, não conversíveis em ações
Série	Única
Quantidade de títulos emitidos	240
Remuneração	Taxa interna de retorno do Tesouro IPCA + 6,3071% a.a.
Vencimento	12/11/2026

Debêntures	6ª. Emissão - 1ª série
Tipo	Simple, nominativas escriturais, não conversíveis em ações
Série	Única
Quantidade de títulos emitidos	134
Remuneração	Taxa DI + 1,65% a.a.
Vencimento	12/04/2028

Debêntures	6ª. Emissão - 2ª série
Tipo	Simple, nominativas escriturais, não conversíveis em ações
Série	Única
Quantidade de títulos emitidos	66
Remuneração	Taxa interna de retorno do Tesouro IPCA + 7,80% a.a.
Vencimento	11/04/2030

A Companhia está obrigada, devido à quinta e sexta emissão de debêntures, a observar determinados índices associados ao seu balanço patrimonial e demonstração do resultado, apurados anualmente, no encerramento do exercício. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia está adimplente com o cumprimento das cláusulas de covenants.

18. Arrendamentos

Na data da adoção inicial, em 1º de janeiro de 2019, a Companhia reconheceu o ativo de direito de uso em contrapartida ao passivo de arrendamento, mensurando-o ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado, utilizando a taxa incremental sobre empréstimos equivalente a 8,69% a.a. Após a adoção inicial, para os novos arrendamentos sempre se utiliza a taxa média de captação da Companhia referente ao mês de seu reconhecimento.

A Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida do Grupo. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

Objeto do contrato	Prazos médios	Vencimentos (i)	Taxa média de desconto (a.a.)	
			31/12/2024	31/12/2023
Imóveis	4 anos	30/11/2029	10,60%	10,78%
Veículos	3 anos	30/04/2027	13,11%	13,42%

(i) Considerado o último vencimento do grupo de contratos.

J. Macêdo S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A composição do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está representada a seguir:

a) Composição do ativo de direito de uso (i)

	<u>Imóveis</u>	<u>Veículos</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.683	5.800	33	9.516
Adições (ii)	27.312	1.048	-	28.360
Baixas	(1.666)	(145)	-	(1.811)
Depreciação	(4.314)	(3.782)	(11)	(8.107)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	25.015	2.921	22	27.958

b) Composição do passivo de arrendamento

	<u>Imóveis</u>	<u>Veículos</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.228	6.275	10.503
Adições (ii)	29.234	1.048	30.282
Baixas	(713)	(145)	(858)
Juros incorridos	(579)	681	102
Pagamentos	(6.639)	(4.608)	(11.247)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	25.531	3.251	28.782
Circulante	4.564	2.447	7.011
Não circulante	20.967	804	21.771

(i) O ativo de direito de uso está classificado como imobilizado, conforme nota 13.

(ii) Adições representadas, substancialmente, pela renovação em agosto de 2024 do arrendamento do Moinho Sul Mineiro, em Varginha/MG, por mais cinco anos, com novo vencimento em julho de 2029.

c) Cronograma do passivo de arrendamento

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Vencimentos das prestações		
2024	-	8.318
2025	9.782	2.700
2026	7.922	469
2027	7.172	-
2028	7.033	-
2029	4.154	-
Valores não descontados	36.063	11.487
Juros embutidos	(7.281)	(984)
Saldo do passivo de arrendamento	28.782	10.503

d) Créditos de PIS e Cofins potencial

Os pagamentos das contraprestações efetuados pela Companhia geram o direito de se creditar de PIS e COFINS. Nesse sentido, o custo do direito de uso reconhecido em contrapartida ao passivo de arrendamento, devidamente ajustado a valor presente, embute um potencial direito de crédito tributário futuro, a ser apropriado ao resultado do exercício mediante a depreciação dos bens arrendados pelo prazo do contrato de arrendamento.

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme períodos previstos para pagamento.

<u>Fluxos de caixa</u>	<u>Nominal</u>	<u>Ajustado a valor presente</u>
Contraprestação do arrendamento	36.063	28.782
PIS/COFINS potencial (9,25%)	3.336	2.662

J. Macêdo S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

e) Divulgação complementar CPC06 (R2)

Em conformidade com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/Nº02/2019, a Companhia adotou como política contábil os requisitos do CPC06 (R2) na mensuração e remensuração do seu direito de uso, procedendo o uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação.

Conforme orientação do referido ofício-circular são fornecidos os saldos passivos sem inflação, efetivamente contabilizados (fluxo real x taxa nominal), e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação (fluxo nominal x taxa nominal).

	Fluxo real		Fluxo inflacionado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Arrendamentos	28.782	10.503	39.548	15.360

Demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos nominais possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações financeiras.

19. Provisão para contingências

O Grupo é parte em vários processos judiciais e administrativos de naturezas tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal dos negócios. A Administração da Companhia acredita que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais.

As provisões para contingências foram constituídas para os processos cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável, com base na opinião de seus advogados e consultores legais.

O resultado desfavorável em seus processos, cujo prognóstico de perda foi avaliado como provável, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

O quadro a seguir demonstra a mutação das provisões para contingências:

	Controladora e Consolidado			
	Tributárias (a)	Trabalhistas (b)	Cíveis e Adm. (c)	Saldo
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.766	9.419	2.540	13.725
Provisões	1.449	2.819	427	4.695
Encargos financeiros	154	794	176	1.124
Pagamentos	(709)	(3.769)	(57)	(4.535)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.660	9.263	3.086	15.009
Provisões	380	2.998	1.917	5.295
Encargos financeiros	120	678	311	1.109
Reversão de provisões	(62)	(1.128)	-	(1.190)
Pagamentos	(2.035)	(4.654)	(279)	(6.968)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.063	7.157	5.035	13.255

a) Tributárias

A maior parte das contingências tributárias do Grupo se refere a (i) glosa de créditos de ICMS em decorrência de guerra fiscal, (ii) glosa de créditos de PIS/COFINS importação viabilizados por decisão judicial, (iii) autuação decorrente de utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL após incorporação, e (iv) exclusões indevidas de parcelamentos federais.

J. Macêdo S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

b) Trabalhistas

As principais questões envolvidas nas ações trabalhistas individuais em andamento contra o Grupo se referem a horas extras e seus encargos, diferenças salariais decorrentes de equiparações e ações de indenização por danos material e moral decorrentes de acidente de trabalho e/ou doença ocupacional, bem como discussões acerca de eventuais verbas rescisórias.

Os depósitos judiciais para o pagamento de execuções trabalhistas e depósitos recursais totalizavam o montante de R\$ 2.880 em 31 de dezembro de 2024 (2023: R\$ 3.426). Nenhum bem foi dado em garantia face a essas ações trabalhistas.

c) Cíveis e administrativas

A maior parte das ações nas quais o Grupo figura como réu se refere, sobretudo, a ações de representantes comerciais e de cobranças fundadas em motivos variados.

O Grupo possui passivos contingentes que não estão sujeitos ao registro contábil, conforme normas vigentes, por serem classificados pela Administração e seus assessores legais como de risco possível. Tais contingências estão assim representadas:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Tributária	280.513	301.789
Trabalhista	30.624	21.858
Cível	12.529	16.487
	323.666	340.134

Abaixo estão detalhadas as principais causas de natureza tributária, cujas expectativas de perdas foram classificadas como possível e valor superior a R\$ 10.000:

- I. Parte contrária: Receita Federal do Brasil - Alegações de compensação indevida de prejuízos fiscais e de bases negativas da CSLL, no valor de R\$ 30.205. Aguarda-se julgamento judicial.
- II. Parte contrária: Estado de São Paulo - Alegações de supostas irregularidades em remessas de farinha de trigo para armazém geral e importação de trigo destinada a outros Estados, no valor de R\$ 29.789. Aguarda-se julgamento judicial.
- III. Parte contrária: Estado de São Paulo - Alegações de supostas irregularidades nos arquivos magnéticos e creditamento indevido em saídas isentas, no valor de R\$ 31.344. Aguarda-se julgamento judicial.
- IV. Parte contrária: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro - Suposta falta de pagamento de ICMS devido na importação de trigo em grãos que resultou em farelo de trigo, no valor de R\$ 39.729. Aguarda-se julgamento judicial.
- V. Parte contrária: Estado do Pará - Autuação decorrente de desconsideração da filial de Centro de Distribuição no Pará, o que implicaria em majoração da MVA, no valor de R\$ 14.754. Aguarda-se julgamento administrativo.
- VI. Parte contrária: Estado do Pará - Auto de infração lavrado para a cobrança de ICMS Antecipado em operações com farinha de trigo e massas, no valor de R\$ 10.323. Aguarda-se julgamento administrativo.

20. **Subvenções governamentais (Controladora)**

Tendo em vista a vigência da Lei 14.789/23 a partir de 1º de janeiro de 2024, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não obteve o benefício de dedutibilidade das receitas de subvenções estaduais de ICMS (31 de dezembro de 2023: R\$ 160.194), tendo oferecido as receitas de subvenção para investimento à tributação de Imposto de renda, Contribuição social, Pis e Cofins, cujo efeito tributário está demonstrado a seguir.

J. Macêdo S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	<u>31/12/2024</u>
Programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas (PROVIN/CE)	35.107
Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica (DESENVOLVE/BA)	<u>99.132</u>
Receitas de subvenção para investimento	134.239
Imposto de renda e contribuição social – 34,00% (i)	45.641
Pis e Cofins - 9,25%	12.417
Efeito tributário	58.058

(i) Alíquota nominal.

Em contrapartida, a Companhia apurou crédito fiscal de subvenção para investimento no montante de R\$ 25.778, que corresponde ao produto das receitas de subvenção (limitadas ao montante de depreciação acumulada a partir da data do ato concessivo da subvenção), aplicando-se a alíquota de 25% (vinte e cinco por cento), conforme quadro a seguir.

Ente concedente do incentivo	Tipo de incentivo	Início da subvenção	Receitas de subvenção	Depreciação acumulada	Base de cálculo	Alíquota	Valor do crédito fiscal
Estado do Ceará	FDI/PROVIN	31/05/2005	35.107	58.638	35.107	25%	8.777
Estado da Bahia	DESENVOLVE	24/09/2003	99.132	68.007	68.007	25%	17.001
			134.239	126.645	103.114	25%	25.778

O montante de R\$ 25.778 foi registrado no ativo, conforme nota 7, em contrapartida de outras receitas operacionais, conforme nota 26.

A seguir o detalhamento das subvenções estaduais concedidas à Companhia:

Benefício Fiscal	Estado concedente	Faixas de benefício
PROVIN - Programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas	Ceará	Diferimento de 75% do valor do ICMS incidente sobre as entradas mensais de trigo em grão no estabelecimento, para recolhimento após 24 meses com perdão de 99%.
DESENVOLVE - Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica (i)	Bahia	Dilação do prazo de pagamento em até 72 (setenta e dois) meses, ou perdão da dívida mediante o pagamento do valor residual até o dia 20 do mês subsequente ao da apuração, com desconto de até 81% do ICMS Normal devido.
Crédito Presumido / Redução de Base de Cálculo	Bahia	Crédito presumido de 16,67% nas saídas de mistura para bolo, pó para sobremesa e fermento nas operações interestaduais, e redução da base de cálculo de ICMS em 41,18% para os mesmos itens nas operações internas.
	Paraná	Crédito presumido nas Saídas de farinha de trigo nos seguintes casos: 10% - Saídas para MG, RJ e SP; 5% - Saídas para PR e 12% - Demais Saídas Interestaduais.
	Minas Gerais	O crédito presumido é calculado de forma a zerar a carga tributária nas saídas de farinha de trigo oriundas da moagem realizada no Estado, para a filial Moinho.
Crédito outorgado	São Paulo	7% nas saídas internas de farinha de trigo e massas.
	Goiás	3% sobre as saídas interestaduais tributadas a 12%.
	Pernambuco	3% nas entradas de transferência e saídas interestaduais de misturas, fermentos e sobremesas.

(i) O incentivo do DESENVOLVE na Bahia está condicionado ao pagamento do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FECEP), um encargo que corresponde a 10% do valor do benefício usufruído com base no valor do desconto do ICMS obtido na data da liquidação antecipada da parcela do imposto, cujo prazo tenha sido dilatado. A Companhia encontra-se adimplente com essa obrigação.

J. Macêdo S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em relação às subvenções federais, a Companhia é beneficiária de incentivo fiscal da SUDENE, que se constitui na redução de 75% do imposto de renda e adicionais por 10 (dez) anos, calculados sobre o lucro da exploração decorrente da modernização total de sua capacidade instalada e diversificação de suas atividades.

A seguir o detalhamento das atividades incentivadas:

Descrição da atividade	Unidade beneficiária	Período de fruição
Fabricação de biscoitos	Simões Filho/BA	2017 a 2026
Fabricação de massas (macarrão)	Simões Filho/BA	2022 a 2031
Industrialização e moagem de trigo	Fortaleza/CE	2018 a 2027
Industrialização de mistura para bolo	Salvador/BA	2018 a 2027
Industrialização e moagem de trigo e seus derivados	Salvador/BA	2023 a 2032

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apurou base no cálculo do Lucro da Exploração, que gerou uma redução de IRPJ, no montante de R\$ 40.077 (31 de dezembro de 2023: R\$ 13.542).

Em 2024 foi realizado um ajuste na reserva de incentivo referente ao exercício de 2023, decorrente de um ajuste no cálculo do incentivo do Lucro da Exploração, no montante de R\$ 950, totalizando R\$ 41.027 de impacto na reserva de incentivo fiscal federal no exercício de 2024.

A seguir, o quadro resumo dos incentivos federais e estaduais utilizados, que totalizaram no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 uma reserva constituída no montante de R\$ 41.027, após utilização do saldo de reservas existentes em 31 de dezembro 2023 para aumento de capital social, no montante de R\$ 879.388, conforme nota 21.

	Incentivos fiscais			Reserva de incentivos fiscais				
	Federais	Estaduais (i)	Total	Constituída	Ajuste entre reservas	Absorção de prejuízos	Aumento de capital	Reserva constituída
2003 a 2020	8.517	590.585	599.102	(482.129)	(3.427)	69.148	-	(416.408)
2021	-	182.265	182.265	-	-	-	-	-
2022	11.464	223.542	235.006	(11.464)	-	-	-	(11.464)
2023	13.542	230.036	243.578	(173.736)	(277.780)	-	-	(451.516)
2024	41.027	203.377	244.404	(41.027)	-	-	879.388	838.361
	74.550	1.429.805	1.504.355	(708.356)	(281.207)	69.148	879.388	(41.027)

- (i) Em 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$ 203.377 representa todos os incentivos estaduais de ICMS, não se limitando apenas às subvenções devidamente habilitadas para o benefício do crédito fiscal de subvenção para investimento, conforme a Lei 14.789/23.

21. Patrimônio líquido (Controladora)

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social subscrito e integralizado estava dividido em ações ordinárias (com direito a voto) e preferenciais (sem direito a voto), representado conforme quadro abaixo:

Capital social	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
	1.015.288	132.042
Ações nominativas - Quantidade:		
Ordinárias	10.690	10.674.856
Preferenciais classe A	8.714	8.691.558
Preferenciais classe B	-	1.296
	<u>19.404</u>	<u>19.367.710</u>

J. Macêdo S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Segue as principais alterações no capital social da Companhia ocorridas em 2024:

a.1) Grupamento de ações

- i. Em 22 de abril de 2024 foi homologado em Assembleia Geral Extraordinária a nova composição do capital social decorrente do grupamento de ações aprovado na Assembleia Geral Extraordinária do dia 20 de setembro de 2023, na proporção de 1.000 (mil) ações para formar 1 (uma) ação nominativa e sem valor nominal, cancelando-se as frações de ações detidas pelos acionistas por força do grupamento.

Assim, o capital social da Companhia no montante de R\$ 132.042 passou a ser dividido em 19.319 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 10.654 ações ordinárias e 8.665 ações preferenciais classe A. Por força do grupamento e de negociação entre os acionistas, nenhum acionista remanesceu com mais de uma ação preferencial classe B pós grupamento, tendo sido canceladas todas as frações de ações pertencentes a tal classe, motivo pelo qual a classe B de ações preferenciais foi extinta.

O capital social autorizado da Companhia passou a ser composto de 200.000 (duzentas mil) ações, nominativas e sem valor nominal, podendo ser aumentado sem reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, com ou sem a modificação do número de ações.

- ii. Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de junho de 2024, para viabilizar a recomposição das frações de ações dos acionistas que assim optaram, foi homologado aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 3.858, mediante emissão de 85 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 36 ações ordinárias e 49 ações preferenciais. O novo capital social naquela data, no montante de R\$ 135.900, ficou dividido em 19.404 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 10.690 ações ordinárias e 8.714 ações preferenciais. Referido aumento foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de julho de 2024, com a alteração do art. 5, caput, do Estatuto Social da Companhia.

a.2) Aumento de capital com reservas de incentivos fiscais

- i. Em 21 de outubro de 2024 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social da Companhia, de R\$ 135.900 para R\$ 1.015.288, sem a emissão de novas ações, mediante capitalização do saldo de Reservas de Incentivos Fiscais no montante de R\$ 879.388, com a consequente alteração do art. 5º do Estatuto Social, o qual foi reformado e consolidado na mesma data.

b) Reserva de lucros - Incentivos fiscais estaduais e federais

Refere-se ao incentivo fiscal federal de redução do imposto de renda e incentivo estadual de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, conforme comentado na Nota 20.

c) Outros resultados abrangentes

i) Ajustes acumulados de conversão: Os ajustes acumulados de conversão estão representados por variações cambiais de investimento no exterior.

ii) Benefícios pós-emprego: benefício de assistência médica ao ex-empregado aposentado e demitido sem justa causa ou o ex-empregado demitido sem justa causa, desde que atendam às exigências previstas na Lei 9.656/98 (Nota 25 b).

d) Destinação do lucro

Do lucro líquido do exercício apurado, após dedução de eventuais prejuízos acumulados, serão destinados:

- 5% para constituição de reserva legal, limitada a 20% do capital social.
- 25%, a título de dividendos, conforme previsto no estatuto social, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, respeitada a prioridade das ações preferenciais.
- O saldo, se houver e salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinado à constituição de uma reserva para expansão das atividades sociais nos termos de proposta do

J. Macêdo S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Conselho de Administração a ser aprovada pela Assembleia Geral, e reforço do capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital social.

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	352.248	423.568
(-) Reserva legal	(17.612)	-
(+/-) Ajuste de avaliação patrimonial	232	116
(-) Prejuízos acumulados (frações de ações canceladas)	(2.211)	-
(-) Reservas de lucros: incentivos fiscais	(40.077)	(173.736)
Lucros a destinar	292.580	249.948
Dividendos mínimos obrigatórios	(73.145)	(62.487)
(-) Juros sobre o Capital Próprio calculado	-	(77.788)
IRRF sobre Juros sobre o Capital Próprio	-	11.668
Juros sobre o Capital Próprio - limite mínimo obrigatório	-	(62.487)
Juros sobre o Capital Próprio – excedente ao mínimo obrigatório	-	(3.633)
Remuneração aos acionistas, líquido de IRRF	(73.145)	(66.120)
(-) Reserva de retenção de lucros	(219.435)	-
(-) Reserva de incentivos fiscais	-	(172.160)

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de lucros após o cálculo do dividendo mínimo obrigatório, no montante de R\$ 219.435, foi destinado integralmente para a reserva de retenção de lucros, a ser ratificado em Assembleia Geral Ordinária que será realizada em 2025.

Do montante total de dividendos mínimos obrigatórios, R\$ 64.000 foi pago antecipadamente em outubro de 2024, conforme deliberação do Conselho de Administração. O saldo de R\$ 9.145 será pago em 2025.

e) Lucro por ação

O lucro básico e diluído por ação em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi calculado com base no lucro líquido atribuível aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais, com direitos igualitários na distribuição desse lucro (i), e a respectiva quantidade de ações em circulação, conforme quadro abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023 (ii)
	(Reapresentado)	
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia	352.248	423.568
Quantidade de ações em circulação (milhares)	19	19
Lucro líquido por ação: básico e diluído – R\$	18.153,36	21.869,80

- (i) Conforme o Estatuto Social da Companhia, não existe nenhuma diferenciação das ações ordinárias e preferenciais em relação ao cálculo do lucro por ação. Por esse motivo, o cálculo foi feito considerando o valor total das ações em circulação.
- (ii) Em função do grupamento de ações ocorrido no exercício de 2024, para melhor comparabilidade, os saldos anteriores de quantidade de ações foram reapresentados, sendo agrupados na proporção de 1.000:1 (vide nota 21.a.1.).

22. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Provisão de bônus da administração	18.926	18.667	18.926	18.667
Verbas e acordos com clientes	13.290	12.977	13.290	12.977
Provisão para perda de créditos tributários	3.652	8.067	3.652	8.067
Provisão de honorários de êxito	3.662	2.965	3.662	2.965
Antecipação de cliente	1.914	1.539	1.914	1.539
Comissões de representantes	1.039	938	1.039	938
Outras contas a pagar	3.956	2.408	4.229	1.978
	46.439	47.561	46.712	47.131
Circulante	37.789	36.529	38.062	36.099
Não Circulante	8.650	11.032	8.650	11.032

J. Macêdo S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

23. Receita de contratos com clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta de vendas	3.603.587	3.578.259	3.612.623	3.666.789
(-) Impostos	(351.957)	(309.622)	(353.268)	(310.804)
(-) Devoluções	(20.315)	(22.252)	(20.316)	(22.252)
(-) Abatimentos e outros	(134.120)	(113.200)	(134.120)	(113.200)
Receita de contratos com clientes	3.097.195	3.133.185	3.104.919	3.220.533

24. Custos e despesas operacionais

a) Por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Matérias-primas e embalagens	(1.723.309)	(1.792.490)	(1.721.649)	(1.872.851)
Pessoal	(330.963)	(300.310)	(334.239)	(302.610)
Serviços de terceiros e fretes	(330.245)	(289.430)	(330.868)	(290.091)
Energia, água e esgoto	(67.098)	(71.433)	(67.098)	(71.433)
Depreciação e amortização	(57.049)	(59.555)	(57.438)	(59.937)
Manutenção e limpeza	(28.931)	(24.677)	(28.931)	(24.677)
Marketing	(56.941)	(41.471)	(56.941)	(41.471)
Outros	(75.524)	(65.291)	(76.041)	(66.033)
	(2.670.060)	(2.644.657)	(2.673.205)	(2.729.103)

b) Por função

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Custos dos produtos vendidos	(2.088.064)	(2.134.383)	(2.088.958)	(2.216.807)
Despesas com vendas (i)	(444.828)	(381.565)	(444.828)	(381.565)
Despesas gerais e administrativas (ii)	(137.168)	(128.709)	(139.419)	(130.731)
	(2.670.060)	(2.644.657)	(2.673.205)	(2.729.103)

- (i) Aumento representado, substancialmente, por gastos com acordos comerciais, fretes, serviços de terceiros, pessoal e marketing, impactado também pelos eventos em comemoração aos 85 anos da Companhia.
- (ii) Constituídas por despesas gerais e administrativas, honorários da administração, depreciação e amortização.

25. Benefícios a empregados

a) Benefícios de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ordenados e salários	(100.030)	(91.499)	(100.832)	(91.834)
Custos de previdência social	(46.540)	(40.764)	(47.045)	(40.796)
Participação nos resultados	(16.310)	(16.897)	(16.310)	(16.897)
	(162.880)	(149.160)	(164.187)	(149.527)

b) Benefícios pós-emprego

A Companhia oferece o benefício de assistência médica ao ex-empregado aposentado e demitido sem justa causa ou o ex-empregado demitido sem justa causa, desde que atendam às exigências previstas na Lei 9.656/98, especialmente pelos artigos 30 e 31, assim como às disposições contratuais vigentes no Contrato Coletivo firmado. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio

J. Macêdo S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Anualmente, a Companhia contrata uma consultoria para avaliação do passivo atuarial, com base nas regras estabelecidas no pronunciamento técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC, anexo à Resolução CVM 110/22, relativa à Extensão de Cobertura Médica decorrente dos artigos 30 e 31 da Lei 9656/98 e empregados afastados.

As hipóteses utilizadas na avaliação atuarial estão alinhadas às melhores práticas adotadas pelo mercado para avaliação de benefícios de mesma natureza. No quadro a seguir apresentamos as principais hipóteses econômicas e financeiras adotadas nesta avaliação, bem como aquelas relativas ao exercício anterior

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Taxa real de desconto - Lei 9.656/98	6,93% a.a.	6,77% a.a.
Taxa real de desconto - Afastados	7,13% a.a.	5,51% a.a.
Inflação anual	4,50% a.a.	3,91% a.a.
Inflação médica (HCCTR)	3,00% a.a.	3,00% a.a.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia mantém registrado um passivo atuarial líquido referente ao plano de benefício definido, conforme quadro a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial do passivo atuarial	(3.582)	(3.034)
Custo do serviço corrente e juros s/ obrigação atuarial	(454)	(381)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(606)	(167)
Saldo final do passivo atuarial – valor presente das obrigações	(4.642)	(3.582)

26. Outras receitas (despesas) líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Crédito fiscal de subvenção para investimento (i)	25.778	-	25.778	-
Créditos extemporâneos (ii)	10.172	2.539	10.172	2.539
Valor justo das propriedades para investimentos	6.529	(4.390)	6.529	(4.390)
Parcelamentos de tributos – PRLF e REFIS (iii)	(1.414)	(6.537)	(1.414)	(6.537)
Outros Impostos (iv)	(4.105)	(1.068)	(4.105)	(1.068)
Contingências trabalhistas, tributárias e cíveis	(3.349)	(5.328)	(3.349)	(5.328)
Multas	(348)	(981)	(2.842)	(981)
Honorários de êxito	(697)	89	(697)	89
Franquias / Seguros	(578)	(934)	(578)	(934)
Resultado na venda/baixa de ativos	(246)	(2.016)	(246)	(2.016)
Benefício pós-emprego	(109)	(73)	(109)	(73)
Outras receitas (despesas), líquidas	(466)	(1.774)	(422)	(2.186)
	31.167	(20.473)	28.717	(20.885)

- (i) Refere-se ao crédito fiscal de subvenção para investimento previsto na Lei 14.789/23, que corresponde ao produto das receitas de subvenção e da alíquota de 25%, conforme notas 7 e 20.
- (ii) Créditos extemporâneos de PIS e COFINS no montante de R\$ 7.978 (2023: 315), ICMS no montante de R\$ 1.962 (2023: 1.073), IPI no montante de R\$ 96 (2023: 1.151) e outros no montante de R\$ 136 (2023: zero).
- (iii) Em 12 de janeiro de 2023 foi publicada no DOU a Portaria Conjunta PGFN / RFB nº 1/2023 que instituiu o Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal - PRLF, estabelecendo condições para transação excepcional na cobrança de dívidas. A Companhia aderiu ao referido parcelamento na modalidade com pagamento à vista e utilização de prejuízo fiscal, incluindo 17 processos em 2023 e 1 processo em 2024 no montante de R\$ 196 (2023: R\$ 6.537).

J. Macêdo S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 08 de agosto de 2024 foi publicado no DOE da Bahia a Lei nº 14.761/2024 instituindo um REFIS de ICMS. A Companhia aderiu ao referido parcelamento na modalidade com pagamento à vista e utilização de prejuízo fiscal, incluindo 6 processos, no montante de R\$ 1.218.

- (iv) Representado, substancialmente, pela baixa de um crédito fiscal de ICMS não recuperável, no montante de R\$ 1.838 em dezembro de 2024.

27. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	38.265	31.731	38.265	31.731
Variações monetárias e cambiais ativas	14.326	11.278	14.326	11.278
Ajuste a valor de mercado (derivativos)	1.796	5.532	1.796	5.532
Outras receitas financeiras	699	939	767	1.131
	55.086	49.480	55.154	49.672
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(55.561)	(63.438)	(55.561)	(63.438)
Variações monetárias e cambiais passivas	(8.250)	(4.640)	(8.250)	(4.640)
Ajuste a valor de mercado (derivativos)	(4.798)	(4.900)	(4.798)	(4.900)
Custos de transação apropriados	(4.548)	(2.872)	(4.548)	(2.872)
Tarifas bancárias	(4.053)	(2.492)	(4.053)	(2.492)
Outras despesas de juros	(3.682)	(5.093)	(5.200)	(6.920)
PIS e COFINS s/ receita financeira	(2.240)	(1.493)	(2.241)	(1.493)
Despesas de IOF	(2.032)	(702)	(2.032)	(702)
Outras despesas financeiras	(1.325)	(6.254)	(1.358)	(6.284)
	(86.489)	(91.884)	(88.041)	(93.741)
Resultado financeiro	(31.403)	(42.404)	(32.887)	(44.069)

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a) Instrumentos financeiros (controladora e consolidado)

Valor justo

Os valores justos estimados de ativos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, foi requerido julgamento na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Os ativos e passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mantém contratos de “*swap*” mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Os valores justos dos financiamentos registrados nas demonstrações contábeis aproximam-se dos valores contábeis em virtude de as operações serem na sua maioria efetuadas a juros pós-fixados e as aplicações apresentarem disponibilização imediata.

Os instrumentos financeiros que são mensurados ao valor justo seguem a seguinte hierarquia, conforme o CPC 46 - Mensuração do valor justo (IFRS 13):

- Nível 1: avaliação com base em preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;

J. Macêdo S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- Nível 2: informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1; e
- Nível 3: dados não observáveis para o ativo ou passivo.

Todos os ativos e passivos financeiros do Grupo estão classificados no Nível 2. O valor justo dos ativos e passivos financeiros representa o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Seguem os ativos e os passivos financeiros na posição de 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Controladora			
	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros:				
<u>Custo amortizado</u>				
Bancos conta movimento	1.295	2.760	1.295	2.760
Equivalentes de caixa	355.823	334.536	355.823	334.536
Contas a receber de clientes	400.992	371.628	400.992	371.628
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	12.021	4.177	12.021	4.177
Ativos financeiros derivativos				
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Operações de “swap”	30.543	29.157	30.543	29.157
	800.674	742.258	800.674	742.258
Passivos financeiros:				
<u>Custo amortizado</u>				
Fornecedores	160.907	147.720	160.907	147.720
Empréstimos e financiamentos	303.356	123.028	301.312	129.442
Debêntures	353.102	415.694	361.764	422.808
Arrendamentos	28.782	10.503	28.782	10.503
Empréstimos e outras contas a pagar a partes relacionadas	-	1.188	-	1.188
Passivos financeiros derivativos				
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Operação de “swap”	12.676	7.408	12.676	7.408
	858.823	705.541	865.441	719.069
	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros:				
<u>Custo amortizado</u>				
Bancos conta movimento	4.410	23.022	4.410	23.022
Equivalentes de caixa	358.581	334.629	358.581	334.629
Contas a receber de clientes	401.235	453.684	401.235	453.684
Ativos financeiros derivativos				
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Operações de “swap”	30.543	29.157	30.543	29.157
	794.769	840.492	794.769	840.492
Passivos financeiros:				
<u>Custo amortizado</u>				
Fornecedores	164.564	188.927	164.564	188.927
Empréstimos e financiamentos	303.356	123.028	301.312	129.442
Debêntures	353.102	415.694	361.764	422.808
Arrendamentos	28.782	10.503	28.782	10.503
Passivos financeiros derivativos				
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Operação de “swap”	12.676	7.408	12.676	7.408
	862.480	745.560	869.098	759.088

b) Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros do Grupo, além dos derivativos, referem-se a empréstimos e financiamentos, debêntures e fornecedores. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações do Grupo. Os principais ativos financeiros do Grupo incluem contas a receber e caixa e equivalentes de caixa que resultam diretamente de suas operações.

O Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A alta Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos e assegura que as atividades em que se assumem riscos

J. Macêdo S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que estes são identificados, avaliados e gerenciados.

É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos. A Administração revisa e estabelece princípios e diretrizes para gestão de cada um dos riscos resumidos a seguir.

c) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. As alterações, nas condições de mercado que originam risco de mercado, incluem alterações na taxa de juros de referência, no preço de instrumento financeiro de outra entidade, no preço de *commodity*, na taxa de câmbio ou em índice de preços ou taxas. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, debêntures, derivativos e fornecedores.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida e taxas de juros variáveis da dívida existente em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

A seguinte premissa foi adotada no cálculo das análises de sensibilidade: a sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças assumidas conforme os respectivos riscos do mercado. Tem por base os ativos e os passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

No cenário provável avaliado pela Administração, foi considerada a manutenção no vencimento de cada uma das operações dos indicadores atualmente sinalizados por meio das curvas de mercado (moedas e juros) da B3, assim como dados disponíveis em fontes independentes como o IBGE, Banco Central e FGV. Dessa maneira, no cenário provável, não há impacto relevante sobre o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos.

Considerou-se, conforme o Ofício Circular Anual CVM/SEP, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações não circulantes sujeitas a taxas de juros variáveis, em especial CDI, TLP e IPCA.

Em dezembro de 2021, a Companhia contratou uma operação do tipo swap para o saldo em aberto naquela data referente à 5ª emissão de Debêntures, objetivando a troca da variação de 100% do IPCA (base 252 lin) mais taxa média prefixada por uma variação de 100% CDI (base 360 exp) mais taxa média prefixada.

Em junho de 2024, a Companhia contratou uma operação do tipo swap junto ao Banco Itaú, incidente sobre o fluxo financeiro da 2ª série da 6ª emissão de Debêntures, visando a substituição de indexador, saindo da posição passiva de variação do IPCA mais taxa de juros de 7,80% a.a., para variação do CDI mais taxa de juros de 1,18 % a.a.

A seguir os saldos desses instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2024.

31 de dezembro de 2024	Valor Nocial (R\$)	Ativo financeiro derivativo	Passivo financeiro derivativo	Resultado no exercício
Contrato de swap SAFRA	242.726	29.630	10.715	(1.041)
Contrato de swap ITAÚ	68.689	913	1.961	(1.961)
	311.415	30.543	12.676	(3.002)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou um resultado financeiro negativo de R\$ 3.002 (31 de dezembro de 2023: resultado positivo de R\$ 632).

J. Macêdo S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros do Grupo era:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Instrumentos de taxa variável				
<u>Ativos financeiros</u>				
Equivalentes de caixa	355.823	334.536	358.581	334.629
Derivativos	30.543	29.157	30.543	29.157
<u>Passivos financeiros</u>				
Empréstimos e financiamentos	(303.356)	(123.028)	(303.356)	(123.028)
Debêntures	(353.102)	(415.694)	(353.102)	(415.694)
Derivativos	(12.676)	(7.408)	(12.676)	(7.408)
	(282.768)	(182.437)	(280.010)	(182.344)

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa de juros fixa

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado e não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa de juros variável

A tabela a seguir demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

	Aumento/(redução) em %	Efeito no lucro antes da tributação	
		Controladora	Consolidado
31/12/2024	25%	(4.886)	(5.266)
	50%	(9.772)	(10.531)
31/12/2023	25%	(8.723)	(9.175)
	50%	(17.446)	(18.350)

Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro oscilar devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, às atividades operacionais com fornecedores estrangeiros.

Atividades operacionais

Em geral, o Grupo protege de 80% a 100% de sua exposição esperada de moeda estrangeira em relação a suas compras de trigo realizadas para os próximos três meses. O Grupo não tem exposição em moeda estrangeira nas contas a receber de clientes e o principal contas a pagar a fornecedores em moeda estrangeira refere-se ao trigo.

Exposição à moeda estrangeira

Em 31 de dezembro de 2024 o Grupo não possui saldos em aberto de empréstimos em moeda estrangeira nem de operações de risco sacado, sendo a exposição apenas de fornecedores. Segue a exposição líquida do Grupo.

J. Macêdo S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores estrangeiros	2.207	8.077	2.207	49.076
Exposição líquida	2.207	8.077	2.207	49.076

	Aumento/(redução) em %	Efeito no lucro antes da tributação	
		Controladora	Consolidado
31/12/2024	25% 50%	552 1.104	552 1.104
31/12/2023	25% 50%	2.019 4.039	12.269 24.538

Risco de preço de commodities

A Companhia é afetada pela volatilidade dos preços de certas *commodities*. Suas atividades operacionais requerem aquisição de trigo e açúcar para produção de farinhas, massas, misturas para bolo, biscoitos e sobremesas. Para fins de proteção às instabilidades nos preços dessas *commodities*, muito em virtude de possíveis impactos de ações climáticas, conflitos geográficos e intervenções governamentais, a Companhia desenvolveu e implantou uma estratégia para a gestão de risco de preço de *commodities*.

A Companhia monitora ativamente a variação do preço do trigo e do açúcar nos mercados internacional e doméstico, mantendo cobertura de estoques dos seus principais insumos, ajustando suas políticas de preços aos movimentos de mercado.

Sempre que necessário, a Companhia busca proteção à alta dos preços alongando seus estoques, firmando contratos de fornecimento com preços fixos antecipadamente e reposicionando seus preços de venda, além de operar com contratos firmados de compra de trigo para pagamento e entrega futura.

Riscos de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro.

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente em relação a contas a receber), incluindo depósitos e aplicações em instituições financeiras.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco.

Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em uma política de crédito adequada às condições de mercado.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia contava com 20 clientes (31 de dezembro de 2023: 18 clientes) que deviam mais de R\$ 3.000 cada e eram responsáveis por 63% (31 de dezembro de 2023: 61%) de todos os recebíveis. Dos clientes ativos da Companhia, 72% (31 de dezembro de 2023: 73%) vêm operando há mais de dois anos e nenhuma perda por recuperabilidade foi reconhecida para esses clientes. No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se esses clientes são atacadistas, varejistas ou outros clientes. Clientes que são ranqueados como “risco alto” são colocados em uma lista de clientes restritos e monitorados pelo comitê de gestão de risco, e as vendas são realizadas somente com pagamento à vista. Não houve alterações relevantes da política de crédito da Companhia. A exposição máxima ao risco de crédito para recebíveis na data do relatório por tipo e por concentração de cliente foi:

J. Macêdo S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Risco de crédito – tipo de cliente				
Clientes – Atacado	350.221	333.178	350.221	333.178
Clientes – Varejo	62.913	51.140	62.913	51.140
Outros clientes	3.743	5.979	3.986	88.035
	416.877	390.297	417.120	472.353

	Consolidado			
	31/12/2024	%	31/12/2023	%
Risco de crédito – concentração de carteira				
Maior cliente	67.317	16,1	80.404	17,0
2º a 11º maior cliente	165.414	39,7	132.037	28,0
12º a 50º maior cliente	75.655	18,2	69.537	14,8
Demais clientes	108.734	26,0	190.375	40,2
	417.120	100,0	472.353	100,0

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, o risco de perda é avaliado coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos e expectativas de perdas na realização das contas a receber.

A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros mencionados nesta Nota. A Companhia conta com garantias para aproximadamente 38% (31 de dezembro 2023: 41%) de sua exposição de crédito dos clientes do Canal Distribuidores, os quais estão inseridos no grupo Clientes – Atacado.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

O risco de crédito de saldos com caixas e equivalentes de caixa é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos, substancialmente, em aplicações financeiras de curto prazo e de baixo risco nas principais instituições financeiras. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é o valor registrado como demonstrado nesta nota explicativa.

Risco de liquidez

Risco de Liquidez é a possibilidade de a companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Atualmente esse risco encontra-se mitigado.

A prática da Companhia é acompanhar o fluxo de desembolsos de curto, médio e longo prazo, ajustado às receitas previstas e, se necessário, contratar operações de empréstimos e financiamentos para adequar os fluxos, mitigando qualquer risco de liquidez. Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo de empréstimos e financiamentos e debêntures são apresentados, respectivamente, nas Notas 16 e 17.

d) Gestão do capital social

O capital social é dividido em ações ordinárias e preferenciais pertencentes, majoritariamente, à família Macêdo, representadas por pessoas físicas e jurídicas.

O objetivo principal da gestão de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

Em 2024 tivemos alguns desdobramentos do projeto do grupamento de ações, iniciado em 2023 e finalizado em 2024, o qual teve como objetivos: (i) propiciar um melhor controle das ações pela Companhia em razão

J. Macêdo S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

da existência de uma ampla base acionária completamente inativa; (ii) conferir maior agilidade à Administração da Companhia em sua operacionalização societária; (iii) conferir maior eficiência no relacionamento com acionistas e terceiros; e (iv) diminuir os custos operacionais relacionados ao registro e controle das posições acionárias da Companhia.

As alterações ocorridas no capital social da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro 2024 estão descritas na nota explicativa 21 – Patrimônio líquido.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures (incluindo curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Em 2024 a estratégia do Grupo foi a de manter o índice de alavancagem financeira entre 10% e 30% (2023: entre 10% e 30%) e uma classificação de crédito AA(bra) com Perspectiva Estável (2023: AA-(bra) com Perspectiva Positiva) na escala da Fitch Ratings. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024 e 2023 encontram-se apresentados a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Dívida líquida	275.600	159.322
Total do patrimônio líquido	1.322.821	1.040.991
Capital total	1.598.421	1.200.313
Índice de alavancagem financeira - %	17	13

29. Cobertura de seguros (não auditado)

Em 31 de dezembro de 2024, as apólices da Companhia em vigor retratam as seguintes coberturas:

	Controladora e Consolidado
	31/12/2024
Modalidade:	
Responsabilidade civil (i)	20.000
Incêndios, raios, explosões e queda de aeronaves	379.142
Lucros cessantes decorrentes de incêndios, vendaval, danos elétricos, tumultos, quebras de máquinas e equipamentos	299.308
	698.450

- (i) Limitado a R\$ 10.000 por sinistro ou ocorrência.

A Administração da Companhia entende que as coberturas de seguros para riscos operacionais e para resguardar seus ativos imobilizados e estoques são considerados suficientes, segundo a opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas.

* * *

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Relatório dos Auditores Independentes

Declaramos, na qualidade de diretores da J. Macêdo S.A, sociedades por ações com sede no município de Fortaleza, Estado do Ceará, na Rua Benedito Macêdo, nº 79, Cais do Porto, Cep.: 60.180-415, inscrita no CNPJ sob o nº 14.998.371/0001-19, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório independente e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

J. Macêdo S.A.
Fortaleza, 28 de fevereiro de 2025

Irineu José Pedrollo
Diretor Presidente

Alexandre José Afexe
Diretor de Relações com Investidores

Dirceu Vespero
Diretor

Marcos Augusto Pereira
Diretor

Eduardo Ítalo Oliveira Maia
Diretor

Rogério Azoubel
Diretor

Gustavo Henrique Coelho Pereira
Diretor

J. MACÊDO S.A.
COMPANHIA ABERTA – CVM: 2115-6
CNPJ: 14.998.371/0001-19
NIRE: 23.3.0002679-9

ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA, FINANÇAS E RISCOS
REALIZADA EM 28 DE FEVEREIRO DE 2025 – (1ª/2025)

DATA, HORÁRIO E LOCAL: No dia 28 de fevereiro de 2025, às 8h, na sede da Companhia, situada na Rua Benedito Macêdo, nº 79, Cais do Porto, Fortaleza, Ceará, CEP 60.180-900.

PRESENCAS: A totalidade dos membros do Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos, conforme assinaturas lançadas ao final desta ata.

ORDEM DO DIA: Analisar, discutir e aprovar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia e sua controlada, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Idésio da Silva Coelho Júnior (Presidente da Mesa); e Bruno Macêdo Rosa (Secretário da Mesa).

DELIBERAÇÕES: Os membros do Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos da Companhia, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos, analisaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia e sua controlada, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 (“Demonstrações Financeiras Anuais de 2024”). Considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, a totalidade dos Membros aprovou, por unanimidade, as Demonstrações Financeiras Anuais de 2024 e recomendou a aprovação desses documentos pelo Conselho de Administração da Companhia e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo lavrada a presente ata sob a forma de sumário, que lida e achada conforme vai assinada por todos os presentes.

ASSINATURAS: Idésio da Silva Coelho Júnior; Bruno Macêdo Rosa; Daniel Macêdo Pitta; Francisco Stênio Martins Gomes da Silva; Ravi Alencar de Macêdo e Luiz Antonio dos Santos Pretti.

A presente ata é cópia fiel da via original lavrada no Livro de Atas de Reuniões do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco da Companhia.

Fortaleza, 28 de fevereiro de 2025.

IDÉSIO DA SILVA COELHO JÚNIOR
Presidente da Mesa
Coordenador do Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos

BRUNO MACÊDO ROSA
Secretário da Mesa
Membro do Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos

RAVI PROENÇA DE MACÊDO
Membro do Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos

DANIEL MACEDO PITTA
Membro do Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos

FRANCISCO STÊNIO MARTINS GOMES DA SILVA
Membro do Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos

LUIZ ANTÔNIO DOS SANTOS PRETTI
Membro do Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos